

NIVEL SUPERIOR



Quem Somos

A Domina Concursos, especialista no desenvolvimento e comercialização de apostilas digitais e impressas para Concurso Públicos, tem como foco tornar simples e eficaz a forma de estudo. Com visão de futuro, agilidade e dinamismo em inovações, se consolida com reconhecimento no segmento de desenvolvimento de materiais para concursos públicos. É uma empresa comprometida com o bem-estar do cliente. Atua com concursos públicos federais, estaduais e municipais. Em nossa trajetória, já comercializamos milhares de apostilas, sendo digitais e impressas. E esse número continua aumentando.

MISSÃO

Otimizar a forma de estudo, provendo apostilas de excelência, baseados nas informações de editais dos concursos públicos, para incorporar as melhores práticas, com soluções inovadoras, flexíveis e de simples utilização e entendimento.

VISÃO

Ser uma empresa de Classe Nacional em Desenvolvimento de Apostilas para Concursos Públicos, com paixão e garra em tudo que fazemos.

VALORES

- Respeito ao talento humano
- Foco no cliente
- Integridade no relacionamento
- Equipe comprometida
- Evolução tecnológica permanente
- Ambiente diferenciado
- Responsabilidade social



HABILITADA P/ IMPRESSÃO



PROIBIDO CÓPIA

Não é permitida a revenda, rateio, cópia total ou parcial sem autorização da Domina Concursos, seja ela cópia virtual ou impressa. Independente de manter os créditos ou não, não importando o meio pelo qual seja disponibilizado: link de download, Correios, etc...

Caso houver descumprimento, o autor do fato poderá ser indiciado conforme art. 184 do CP, serão buscadas as informações do responsável em nosso banco de dados e repassadas para as autoridades responsáveis.



Conhecimentos específicos

*"Camuflar um erro seu é
anular a busca pelo
conhecimento. Aprenda
com eles e faça novamente
de forma correta."*

Nara Nubia Alencar

Noções de Economia

Não diferentemente da Sociologia, da Ciência Política ou da Antropologia, a Economia é também uma ciência social, uma vez que seu objeto de estudo também é fruto da vida social. Mais especificamente, seu foco está em compreender como ocorrem as relações entre os indivíduos e as organizações na sociedade do ponto de vista da produção, da troca e do consumo de mercadorias, de serviços e de bens em geral. Assim, a Economia vai tratar do estudo da alocação dos recursos disponíveis pelos homens coparticipantes de uma vida em sociedade, analisando como essa última administra esses mesmos recursos escassos.

Desemprego, inflação, déficit público, alterações nas taxas de juros, aportes financeiros dos Estados em tempos de crise, aumento de impostos, desvalorização da taxa de câmbio, entre tantas outras expressões, já fazem parte do nosso cotidiano e são de interesse da Economia enquanto ciência. Os grandes problemas sociais (a exclusão social de alguns países, a questão do meio ambiente, o atraso tecnológico, os índices de desemprego, a crise financeira) de nossa época estão atrelados a problemas de ordem econômica e, dessa forma, também são estudados por ela.

Os professores Carlos Roberto Martins Passos e Otto Nogami, na obra “Os Princípios de Economia”), ensinam que essa ciência está dividida em duas áreas mais gerais, o que significa dizer que existem estudos de caráter macroeconômico e microeconômico.

Segundo eles, “a teoria Microeconômica, ou microeconomia, preocupa-se em explicar o comportamento econômico das unidades individuais de decisão representadas pelos consumidores, firmas [empresas] e pelos proprietários de recursos produtivos [fatores de produção, insumos de forma geral]. Ela estuda a interação entre as firmas e consumidores e a maneira pela qual produção e preço são determinados em mercados específicos.”

Ela se debruça sobre o estudo mais pormenorizado da ação e da relação econômica entre os chamados agentes econômicos: empresas, consumidores ou unidades familiares e o Estado. As empresas seriam responsáveis pela oferta dos produtos e serviços e objetivariam o lucro máximo. Dos consumidores ou das unidades familiares partiria a demanda pelos produtos e serviços, objetivando-se o melhor padrão para atendimento segundo seus desejos, isto é, a própria demanda.

Já o Estado, responsável pela organização e regularização da sociedade – logo também da economia, em certos aspectos – poderia agir ao mesmo tempo como empresário e consumidor. Dessa interação entre tais agentes tem-se o mercado, sendo este o local ou o contexto em que compradores (que compõem o lado da procura) e vendedores (que compõem o lado da oferta) de bens, serviços ou recursos estabelecem contatos e realizam transações.

Assim, é preciso considerar que o sistema econômico oferece limites para que tais agentes se realizem, isto é, alcancem seus objetivos. Esses limites consistem na escassez da oferta diante da demanda. Assim, a escassez significa que a sociedade tem recursos limitados e, portanto, não pode produzir todos os bens e serviços que as pessoas desejam ter.

Nesse sentido, haja vista essa escassez, as decisões tomadas por cada indivíduo dentro da interação econômica vão determinar o preço de determinado produto. Logo, o conhecimento da Microeconomia é fundamental para entender e prever comportamentos, decisões e estratégias dos agentes.

Cabe à microeconomia estudar como os agentes econômicos dentro do mercado (interagindo com este), sob determinado sistema de preços, diante das limitações (da escassez) de recursos para produção, tomam decisões.

Macroeconomia é a área responsável pelo estudo das nações e estados. Fatores importantes para estudos macroeconômicos são as taxas de emprego, balança comercial, inflação e taxas de juros.

Da macroeconomia surgem as políticas econômicas a fim de aumentar os fatores de emprego e igualdade social assim como o desenvolvimento das nações e evitar crises econômicas. Veja abaixo as cinco linhas de estudo da macroeconomia:

→ **Bens e Serviços;**

→ **Mercado de Trabalho;**

→ **Política Monetária;**

→ **Títulos Públicos;**

→ **Balança Comercial;**

Já a microeconomia é focada na economia das empresas e pessoas em estudos como a Oferta e Demanda, custos e formação de preços. Existem três grandes teorias microeconômicas que são a Teoria do Consumidor, Teoria da Empresa e Teoria da Produção. Além destas três áreas, a microeconomia também é responsável pelas áreas de investimentos e finanças pessoais.

Veja alguns termos econômicos extremamente importantes:

→ **Capital:** são os bens duráveis utilizados na produção de outros bens;

→ **Lei da Oferta e Procura:** é a responsável pela determinação do preço dos produtos no mercado;

→ **Preço de Equilíbrio:** é quando a oferta e a demanda de um determinado produto estão em equilíbrio

→ **Ativo:** é o patrimônio de empresa ou pessoa física;

→ **Passivo:** conjunto de obrigações ou dívidas de uma empresa;

→ **Default:** termo em inglês que significa dar calote (muito aplicado quando um governo não paga as dívidas contraídas por títulos públicos);

→ **Falência:** condição jurídica decretada por ordem judicial quando a empresa não honra seus compromissos;

→ **Inflação:** aumento persistente dos preços que causa a perda de valor do dinheiro;

→ **Hiperinflação:** uma inflação fora de controle onde o dinheiro perde o valor muito rápido e todos gastam assim que recebem;

→ **Liquidez:** é a fácil venda de um ativo;

→ **Taxa Selic:** taxa básica de juros da economia, definida pelo COPOM e baliza todas as taxas de juros em ambiente nacional;

Formação de Preços

Existe uma série de modelos sobre o comportamento das empresas na formação de preços de seus produtos. A diferença maior entre esses modelos está condicionada ao objetivo ao qual a firma se propõe: maximizar lucros, maximizar participação no mercado, maximizar margem de rentabilidade sobre os custos, etc.

Quanto aos seus objetivos, as empresas defrontam-se com duas possibilidades principais: maximizar lucro e maximizar mark-up (margem sobre os custos diretos). Dentro da teoria neoclássica ou marginalista, o objetivo da firma é sempre maximizar o lucro total.

Se a empresa aumenta a produção e a receita adicional for maior que o custo adicional, o lucro estará aumentando e a empresa neste caso, não encontra seu ponto ideal de equilíbrio. Se a receita adicional for menor que o custo adicional, o lucro estará caindo e o prejuízo aumentando. A receita marginal deve ser igualada ao custo marginal.



As hipóteses do modelo refletem o funcionamento de um mercado completamente livre, sem barreiras e totalmente transparente.

Hipótese da atomicidade: é um mercado com infinitos vendedores e compradores, de forma que um agente isolado não tem condições de afetar o preço no mercado. Assim, o preço no mercado é um dado fixado para empresas e consumidores;

Hipótese da homogeneidade: Todas as firmas oferecem produto semelhante, homogêneo. Não há diferenças de embalagem, qualidade nesse mercado;

Hipótese da mobilidade de firmas (livre entrada e saída de firmas e compradores no mercado): mercado sem barreiras à entrada e saída, tanto de compradores como de vendedores.

Hipótese da racionalidade: Os empresários sempre maximizam lucro e os consumidores maximizam satisfação ou utilidade derivada do consumo de um bem, ou seja, os agentes agem racionalmente.

Transparência de mercado: consumidores e vendedores têm acesso a toda informação relevante, sem custos, isto é, conhecem os preços, a qualidade, os custos, as receitas e os lucros dos concorrentes;

Hipótese da mobilidade de bens: Existe completa mobilidade de produtos entre regiões, o seja, não existem transportes; não considera a localização espacial de vendedores e consumidores.

Inexistência de externalidades: representam influências de fatores externos nos custos das firmas e na satisfação dos consumidores. No modelo de concorrência perfeita, supõe-se ainda que não existam externalidades, ou seja, nenhuma firma influi no custo das demais e nenhum consumidor afeta o consumo das demais.

Hipótese da divisibilidade: é uma hipótese matemática, não essencial, que objetiva auxiliar a compreensão do funcionamento do modelo, trabalhando com curvas contínuas e diferenciáveis, facilitando a utilização dos conceitos marginalistas por meio de técnicas matemáticas de diferenciação e derivação.

Mercado de fatores de produção também em concorrência perfeita: Todas as hipóteses anteriores também valem para o mercado de fatores de produção.

Para que seja determinado o ponto de produção ideal para uma empresa em concorrência perfeita, o ponto em que o lucro é máximo, é necessário determinar como se comporta a demanda desse mercado, que permitirá uma previsão das receitas da firma, e como se comportam seus custos.

A longo prazo, não existem custos fixos, ou seja, todos são variáveis. O lucro normal reflete o real custo de oportunidade do capital empregado na atividade empresarial. É o valor que o mantém na atividade; se ele fosse mais baixo, o empresário sairia do mercado, porque ganharia mais em outro ramo. O lucro normal pode ser associado a uma espécie de taxa de rentabilidade média do mercado.

O que exceder ao lucro normal é chamado de lucro extraordinário: o empresário recebe mais do que deveria receber, de acordo com seu custo de oportunidade. A longo prazo, em concorrência perfeita, só existem lucros normais. Em concorrência perfeita, supõe-se que os lucros extraordinários a curto prazo atraem novas empresas para esse mercado.

Dessa forma, em concorrência perfeita, a longo prazo, com a atração de novas firmas, a oferta de mercado aumenta, e a tendência é de que os lucros extraordinários tendam a zero, existindo apenas os lucros normais.

Concorrência Imperfeita

- **Concorrência imperfeita:** é quando um pequeno grupo de empresas ou consumidores tem o poder de influenciar os preços dos produtos/serviços por não haver disponibilidade suficiente no mercado para toda a demanda.

Certo, agora que entendemos a concorrência podemos entrar no assunto principal deste artigo, os tipos de mercado.

Monopólio

Existência de somente 1 produtor do bem sem a existência de substitutos próximos (ex.: água, energia elétrica).

- **Monopsônio:** só tem 1 comprador.
- **Pacto Colonial:** monopólio e monopsônio.

Duopólio

Somente 2 produtores do bem sem a existência de substitutos próximos (ex.: avião de grande porte).

Duopsônio: só tem 2 compradores (ex.: Perdigão e Sadia).

Oligopólio

Conjunto de poucos produtores (ex.: indústria automobilística).

- **Cartel:** produtores se juntam para definir o preço (ex. OPEP, na qual é decidido para cada país membro a cota de barris de petróleo por dia). Seguram a oferta e conseguem um preço mais alto.

Nem todo oligopólio gera cartel.

- **Oligopsônio:** Poucos compradores (ex.: frigorífico).

Concorrência Monopolística

- Muitos vendedores, mas cada produtor tem um bem diferente, que são substitutos (ex.: saúde, educação, restaurante).
- Muito fácil entrar, produto com alto grau de diferenciação.

Concorrência Perfeita

Muitos compradores e muitos vendedores, sem capacidade de diferenciar o preço. São tomadores de preço definido pelo mercado. Todos os agentes econômicos (vendedores e compradores) são tomadores de preço. O mercado define o preço. Produto homogêneo.

Soluções Públicas para ineficiência do monopólio

Fontes de falhas do Governo:

- Gestor atuar em interesse pessoal.
- Falha de conhecimento do gestor.
- Demora no tempo de ação.
- Criação de incentivos inadequados.

Nem sempre a intervenção governamental é benéfica.

Soluções Públicas:

- Legislação em defesa da concorrência (CADE)
- Estatização: Benefício é alcançar preços mais próximos ao competitivo. Custo é a perda de eficiência.
- Criar agências reguladoras estatais (empresa privada) ou captura do regulador (gestores agindo em interesse de alguns regulados e não do público consumidor) ou regra do mark-up (margem de lucro) deixa de investir para não diminuir preço.
- Não ter ação governamental e deixar as empresas privadas.

A Economia do Brasil

A história da economia do Brasil é também a história da sociedade brasileira. Compreender nosso passado econômico é compreender como nos formamos enquanto sociedade, povo, territorialidade. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2019, o Brasil ocupava a nona posição no ranking econômico mundial.

Entretanto, estar no top 10 em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial não significa ser um país rico e desenvolvido. Isso é a história quem nos garante. A economia brasileira foi criada em contexto de valorização da exportação, com baixo índice de desenvolvimento no solo nacional.

Breve História da Economia do Brasil

A economia brasileira moldou-se com base no pensamento mercantil do homem europeu do século XV, um homem ávido por aventura, enriquecimento e poder. Seu espírito aventureiro fê-lo atravessar o Oceano Atlântico em prol de novas conquistas e territórios, indo além do que jamais tivera ido.

Entretanto, esses sentimentos não foram transferidos para a sociedade que viria anos depois, pois toda essa sede de lucro era do europeu. Ao chegarem aqui, em 1500, os europeus não encontram inicialmente ouro e outras pedras preciosas. O contato com os nativos foi de espanto e surpresa, como em qualquer ocasião quando se chega a um local inóspito, de terras desconhecidas.

A ausência de pedras preciosas fez com que os portugueses olhassem para a exuberante Mata Atlântica no litoral nordestino, nas atuais terras baianas. Essa mata estava recheada de uma árvore bem comum nas florestas do Oriente: o pau-brasil, tão importante e abundante que nomeou o território que habitava com expressividade.

Essa árvore foi retirada do território nativo com a ajuda dos habitantes que aqui viviam e que desconheciam o “homem branco”, assim chamado nas literaturas históricas pela sua aparente falta de melanina. Tempos depois, essa ajuda virou uma grande escravidão, seguida de massacre em aldeias que demonstraram resistência.

A retirada da árvore acontecia mediante uma troca: o europeu “presenteava” o nativo com espelhos, miçangas, bijuterias e afins, e o nativo ajudava-o no que seria o primeiro desmatamento da história brasileira e a primeira atividade econômica aqui praticada.

O pau-brasil que saía do Nordeste era comercializado na Europa e em outras partes do mundo. A troca entre portugueses e nativos era chamada de escambo, uma ação extremamente desgastante para os habitantes naturais desse território.

Anos mais tarde, ainda no século XVI, uma segunda atividade foi introduzida: o plantio da cana-de-açúcar, o qual foi possível graças ao clima tropical e solo fértil do Nordeste do país. O açúcar, naquela época, era considerado um “ouro branco”, tamanho era seu valor. Foram tempos de desenvolvimento dos primeiros aglomerados urbanos, com destaque para o território onde hoje é o atual estado de Pernambuco. Recife e Olinda eram cidades em que a plantação de cana foi um sucesso.



Por muitos anos, o cultivo da cana era a principal atividade econômica no Brasil.

O açúcar nordestino era produzido com mão de obra escrava negra africana e exportado. Concomitantemente ao plantio, o gado era cultivado, uma espécie de atividade econômica paralela que, cinco séculos depois, tornaria o Brasil o maior produtor de carne bovina para consumo do mundo.

No século seguinte, com a queda na produção açucareira e a descoberta de ouro no Sudeste do país, onde hoje se localiza o estado de Minas Gerais, o Brasil vê na produção aurífera mais uma atividade lucrativa, que perdurou por quase 100 anos. Um tempo relativamente curto, mas que possibilitou o enriquecimento de várias pessoas e cidades.

Já no século XIX, a atividade econômica predominante era a plantação e produção de café. Essa planta asiática foi a locomotiva da economia brasileira nos tempos imperiais, sendo fundamental para o surgimento do setor econômico que se desenvolveria no século passado: o industrial.

O café possibilitou o acúmulo de capital no Sudeste, favorecendo grandes investimentos privados na atividade industrial, que ainda era incipiente. A crise cafeeira nos anos 1920 foi a centelha para a industrialização brasileira, que continua em plena expansão.

Região Sudeste

A industrialização brasileira tem seu auge nos anos 1950, sendo iniciada, décadas antes, na região Sudeste. Esse auge atingiu, principalmente, essa região de forma positiva, pois era nela que estavam as melhores condições em infraestrutura para a instalação de fábricas e aglomerados industriais, além do acúmulo de capital propiciado pela produção cafeeira no século anterior.

A região Sudeste possui um grande parque industrial, principalmente em São Paulo, na região metropolitana (região do ABC Paulista — Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, cidades industriais), e no Rio de Janeiro, com a indústria petrolífera. Conta também com importantes recursos minerais, como o ferro e o manganês, encontrados em Minas Gerais, no Quadrilátero Ferrífero. Esses minerais são exportados para o mundo todo via Porto de Tubarão, no Espírito Santo.

Petróleo, cana-de-açúcar e sal marinho também estão presentes na economia da região. Hoje o estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo do país, seguido pelo Espírito Santo, e o segundo maior de sal, atrás do Rio Grande do Norte.

O estado de São Paulo possui o maior cultivo de cana do país, sendo destaque internacional, pois o Brasil é o segundo maior produtor de etanol do mundo, atrás dos Estados Unidos.



Plantação de cana em São Paulo.

Região Sul

No Sul do país, há destaques em vários setores econômicos brasileiros. Por ser uma região bem desenvolvida no aspecto tecnológico e industrial, são muito comuns áreas em que esses dois aspectos se unem, como na criação de animais em larga escala.

A região Sul é líder na criação de suínos e aves no Brasil, tendo os maiores rebanhos nas duas categorias, de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra).

As condições climáticas da região assim como o solo fértil favorecem a agricultura, com destaque para a produção de milho no Paraná, de maçãs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, além do cultivo da uva, que é marcante no nordeste rio-grandense.

Já as atividades industriais estão relacionadas à produção de matéria-prima, como têxteis, laticínios, frigoríficos, grãos etc. O estado mais industrializado é o Rio Grande do Sul, com grandes complexos industriais na região metropolitana de Porto Alegre.

Região Nordeste

No Nordeste, o destaque fica para a Zona da Mata, que corresponde a uma região que abrange todo o litoral nordestino, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Essa sub-região possui a maior concentração de pessoas, tendo o maior número de grandes cidades, como Salvador, Recife e Natal.

Dentre as atividades econômicas, podemos citar o turismo, os centros comerciais, a produção de petróleo (tanto em terra quanto mar, na plataforma continental), a produção de sal marinho (Rio Grande do Norte) e as atividades industriais, como o polo industrial de Camaçari, no litoral baiano. Destaca-se também a produção de cacau na Bahia, responsável por mais de 60% da produção dessa fruta no Brasil.

Região Centro-Oeste

Já no Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso conta com a forte presença pecuarista na economia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018, o Brasil contava com 213.523.056 cabeças de gado bovino. Desse total, 73.838.400 localizavam-se no Centro-Oeste, sendo mais de 30 milhões só no Mato Grosso.

No geral, a criação é intensiva e extensiva, ou seja, há presença de tecnologia e gado confinado, como há criação do gado solto. Geralmente, a pecuária extensiva é praticada nas áreas do Pantanal mato-grossense, sendo a pecuária intensiva bastante comum em Goiás e no Mato Grosso do Sul.



O Brasil é o principal produtor de carne bovina para abate do mundo.

As indústrias estão presentes, principalmente, em Goiás e no sul de Mato Grosso do Sul devido à proximidade com o Sudeste.

No estado goiano, podemos destacar três grandes centros industriais da região: Anápolis, com o Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia); Aparecida de Goiânia, que possui o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (Daiag); e a capital Goiânia, com importantes indústrias do ramo farmacêutico e de bebidas.

Região Norte

No Norte do país, região povoada recentemente, foram criados alguns órgãos governamentais responsáveis pelo seu estímulo econômico na década de 1960. Dentre eles podemos destacar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Esta última corresponde a um grande polo industrial, idealizado em 1967 e localizado em Manaus, que abriga grandes multinacionais, propiciando um enorme desenvolvimento industrial e geração de empregos para a região.

Esse polo concentra três tipos de atividades: comercial, agropecuária e industrial (a mais forte de todas). De acordo com a Suframa, existem mais de 600 indústrias no polo e uma geração de mais de 500 mil empregos, diretos e indiretos. As áreas de produção industrial que se destacam são: eletroeletrônicos (celulares, TVs), duas rodas (motocicletas) e química (produção de matéria-prima para refrigerante).

Estatísticas da Economia do Brasil

Para chegarmos aos dados apresentados a seguir, o portal do Fundo Monetário Internacional foi consultado, portal esse que contém dados de todos os países inscritos nesse fundo, com bastante fidelidade aos números e estatísticas econômicas.

- PIB: aproximadamente 1,9 trilhão de dólares, em 2018.
- PIB per capita: 8817 dólares, em 2018.
- Taxa de juros dos bancos centrais: até o mês de maio de 2020, a taxa de juros cobrada pelos bancos centrais no Brasil era de 3% ao mês. Vinte anos antes, em 2000, essa taxa era de 18,5%.
- Moeda: desde 1994, o Brasil utiliza o real, moeda criada no governo de Itamar Franco. Essa moeda chegou a valer o mesmo quantitativo do dólar, utilizado nas transações internacionais. De acordo com o FMI, até maio de 2020, US\$1 valia o mesmo que R\$5,08.
- Salário mínimo: em 2020, o salário mínimo no Brasil estava cotado em R\$1045, um aumento de 52 reais, comparado com o ano anterior.
- Desemprego: em 2018, o índice de desempregados no Brasil era de 11,6% de toda a População Economicamente Ativa (PEA). Em 2019, o índice caiu para 11%, com uma leve redução. Entretanto, até abril de 2020, devido à pandemia do COVID-19, esse índice estava em 12,6%.
- Impostos sobre o rendimento dos trabalhadores: esse índice calcula a porcentagem de imposto retido da renda dos trabalhadores. Desde 2003, 27,5% da renda trabalhista são convertidos em imposto, ou seja, 27,5% a menos no poder de compra dos brasileiros.

Blocos/grupos comerciais

BRICS – é um grupo econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa). O nome do grupo é uma junção das primeiras letras de cada país. Esse grupo reúne países com grande potencial industrial e uma economia emergente.

Somados, os PIBs desses países ultrapassam os 19 bilhões de dólares, superando a União Europeia e os Estados Unidos da América.



Localizações do BRICS.

- G20 – grupo que reúne os 19 países mais ricos do mundo e a União Europeia.
- FMI – Fundo Monetário Internacional, uma espécie de banco mundial que socorre países em meio a uma crise econômica.

- Mercosul – criado em 1991, esse bloco econômico reúne seis países-membros: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela. Busca facilitar o comércio entre seus membros, sendo o Brasil a principal liderança.
- OEA– Organização dos Estados Americanos, formada por todos os países da América. Essa organização debate questões sociais e políticas dos seus países-membros.
- ONU – Organização das Nações Unidas, criada em 1945, da qual o país é membro signatário, ou seja, assinou a declaração que deu origem à organização.
- Unasul – União de Nações Sul-americanas, criada em 2004, é formada por todos os países da América do Sul, com o objetivo de criar uma zona de livre comércio entre os envolvidos.

Evolução do PIB nos últimos 10 anos

Ao compararmos o PIB brasileiro nos últimos 10 anos, percebemos que, em 2008, tivemos o pior desempenho. Esse fato deveu-se à crise que atingiu todas as nações naquele ano, algumas de forma mais incisiva, outras nem tanto, como foi o caso do Brasil. O melhor ano foi em 2011, graças às políticas de transferência de renda mantidas e aprimoradas pelo governo da época, além de claros sinais de recuperação econômica no cenário mundial.

ANO	VALOR DO PIB (dólares) \$ em milhões	Variação do PIB (%)
2018	1.867.818 M	1,3%
2017	2.052.807 M	1,4%
2016	1.795.365 M	-3,3%
2015	1.799.882 M	-3,5%
2014	2.456.111 M	0,5%
2013	2.471.529 M	3,0%
2012	2.464.377 M	1,9%
2011	2.613.979 M	4,0%
2010	2.207.602 M	7,5%
2009	1.667.666 M	-0,1%
2008	1.694.860 M	5,1%

A história econômica do Brasil é marcada pelas grandes divisões presentes na história do Brasil. No

entanto, muitos autores identificam continuidades, uma permanência das marcas deixadas pela colonização portuguesa, formulando teorias como a da dependência e ressaltando as diferenças entre as "colônias de povoamento" e as "colônias de exploração".

A economia do Brasil viveu vários ciclos ao longo da história do país. Em cada ciclo, um setor foi privilegiado em detrimento de outros, provocando sucessivas mudanças sociais, populacionais, políticas e culturais dentro da sociedade brasileira.

O Brasil inseriu-se na história econômica ocidental inicialmente no setor primário extrativista. Os índios que habitavam o território brasileiro viviam de caça, pesca e coleta, com algumas tribos praticando agricultura ocasional. Ao encontrar-se com o europeu, o escambo desenvolveu e a extração sistemática nas regiões costeiras e depois das drogas do sertão tornaram-se marginais, com a fixação de colonos portugueses e estabilização da agricultura de plantation.

Ainda no período colonial, desenvolveram-se os ciclos de mineração e, em consequência, o tráfico humano e a pecuária como atividades econômicas subsidiárias da mineração. Nesta época, a manufatura foi desencorajada, o que explica a tardia industrialização do Brasil.

No final do império, propagou-se a produção e exportação de poucos produtos (commodities), como o café, a borracha e o cacau. Depois da crise de 1929, começaram a se fortalecer as indústrias. A partir da década de 1900, consolidou-se o setor terciário, com uma economia baseada em serviços.

Período Pré-Colonial (1500–1530)

Ao contrário das fartas riquezas metálicas encontradas pelos espanhóis nas terras recém-descobertas por eles na América, nada havia de muito interessante para os portugueses na "Terra de Santa Cruz", além de papagaios, macacos e uma "madeira de tingir", que já era conhecida no Oriente e que podia alcançar altos preços na Europa.

Logo depois da descoberta do Brasil pelos europeus, expedições portuguesas se seguiram para explorar o território e extrair toras da planta nativa. No entanto, os portugueses não estavam sozinhos nos mares, e corsários das nações não contempladas no Tratado de Tordesilhas — ingleses, holandeses e principalmente franceses — também passaram a frequentar a costa brasileira.

A extração do pau-brasil era feita com o auxílio da mão de obra nativa, na base do escambo, em que os europeus forneciam objetos de pouco valor na Europa mas que, no início, exerciam um grande fascínio sobre os nativos, pois estes viviam numa sociedade de caça e coleta: manufaturados relativamente comuns dos europeus alcançavam cotações altas no escambo.

Por vezes, foram construídas feitorias para proteção contra navios inimigos e para armazenar as toras até o transporte, mas o saldo foi de grande devastação das matas costeiras e nenhum núcleo de povoamento europeu permanente.

Período Colonial

Na década de 1530, estava claro para dom João III que a soberania do Papa e os guarda-costas itinerantes não seriam suficientes para afugentar os franceses que, cada vez mais, fincavam o pé nas suas possessões americanas. Foi, então, a ameaça da possível fixação francesa nas terras brasileiras que o induziu a defendê-las por um processo mais amplo e seguro: promover a ocupação efetiva através do povoamento e colonização.

Mas, para isso, ocorria uma dificuldade: ninguém se interessava pelo Brasil. A não ser os traficantes de madeira - e estes mesmos já começavam a abandonar uma empresa cujos proveitos iam em declínio -, ninguém se interessara seriamente, até então, pelas novas terras; menos ainda para habitá-las.

Todas as atenções de Portugal estavam voltadas para o Oriente, cujo comércio chegara neste momento ao apogeu. Nem o Reino contava com população suficiente para sofrer novas sangrias; os seus parques habitantes, que não chegavam a dois milhões, já suportavam com grande sacrifício as expedições orientais.

Nessas condições, a colonização não se efetivaria sem grandes incentivos, o que o Rei deu, abrindo mão de seus poderes soberanos em benefício de seus súditos que se dispusessem a arcar com os custos e o risco da colonização.

Em 1534, o sistema adotado foi o das capitanias hereditárias, das quais apenas Pernambuco, no Nordeste, e São Vicente, na extremidade meridional do Brasil, conseguiram vencer as dificuldades iniciais e "tornaram-se centros de crescimento populacional e econômico relativamente importantes.

As demais, ou foram abandonadas em consequência de ataques indígenas ou vegetaram numa obscuridade total, com pequeno número de colonos que mantinham uma posição precária em locais isolados da faixa litorânea".

Ciclo Do Açúcar



Um engenho de cana-de-açúcar em Pernambuco colonial, por Frans Post (século XVII).

Os donatários, em geral, não dispunham de grandes recursos para a empresa colonizadora e levantaram fundos tanto em Portugal quanto na Holanda, principalmente junto a comerciantes calvinistas, que viam boas perspectivas para a cultura da cana-de-açúcar no Brasil, a partir da experiência das Ilhas Atlânticas.

O açúcar de cana alcançava altos preços na Europa e a oferta era pequena, limitada à produção da Sicília, Ilha da Madeira, Cabo Verde, e o que chegava dos árabes otomanos, pelo comércio mediterrâneo dominado pelas cidades italianas. "O volume desse fornecimento era contudo tão reduzido que o açúcar se vendia em boticas, pesado aos gramas."

A cultura da cana era somente viável em larga escala, utilizando grandes propriedades, no sistema de plantation. Todo o trabalho de desbravamento do território para plantio exigia grande mão de obra, e a plantação, colheita e transporte da cana até os engenhos só era rentável se feito em grande escala. Assim a indústria açucareira voltada à exportação era um negócio acessível apenas para grandes investidores.

O primeiro engenho de açúcar de que se tem notícia no Brasil foi construído em 1516 no litoral pernambucano, mais precisamente na Feitoria de Itamaracá, confiada ao administrador colonial Pero Capico — o primeiro "Governador das Partes do Brasil". Em 1526, já figuravam na Alfândega de Lisboa direitos sobre o açúcar de Pernambuco. Poucos anos depois, em 1532, as primeiras plantas de cana-de-açúcar chegaram a São Vicente, vindas provavelmente da Ilha da Madeira com Martim Afonso de Sousa.

Negros africanos e indígenas eram a mão de obra utilizada na produção e industrialização da cana-de-açúcar. Mas o preço dos escravos africanos era alto. Os portugueses possuíam poucos recursos para a implantação da cultura da cana-de-açúcar no Brasil. Precisavam comprar escravos, preparar a terra, fazer o plantio e colheita, instalar os engenhos para a fabricação do açúcar, transportar e distribuir o produto na Europa.

Não tendo recursos, a solução encontrada foi aliar-se aos holandeses, que financiaram a implantação do cultivo e transformação da cana-de-açúcar no Brasil. Em troca, os holandeses ficaram com a comercialização do produto na Europa.

Com o propósito português da produção de riquezas o dever na Colônia era produzir o máximo pelo menor custo possível. Nas sesmarias, que eram grandes quantidades de terras (latifúndios) distribuídas pelos donatários e governadores-gerais aos colonos, é que se desenvolveu o processo da cana-de-açúcar. Surgiram, então, os grandes engenhos baseados na monocultura da cana-de-açúcar e na mão de obra escrava. Outros produtos, como o milho, o feijão e a mandioca, só eram produzidos para a subsistência dos moradores da sesmaria.

O nordeste, que era fisicamente semelhante à zona original do produto (o Sudeste Asiático) e que possuía um solo argiloso de fácil adaptação para a cana-de-açúcar, transformou-se no polo açucareiro do Brasil. Pernambuco era o principal produtor de açúcar, seguido pela Bahia. A produção açucareira nordestina se beneficiava da proximidade com os mercados consumidores da Europa.

Escravidão e Tráfico Negro (Séculos XVI–XIX)

A agricultura da cana nas grandes propriedades monocultoras introduziu o modo de produção escravista, baseado na importação e escravização de africanos. Esta atividade gerou todo um setor paralelo chamado de tráfico negro. O tráfico negro só é interrompido em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós.

Ciclo do Gado

A pecuária extensiva ajudou a expandir a ocupação do Brasil pelos portugueses, levando o povoamento do litoral para o interior.

O ciclo do açúcar entrava em decadência depois da expulsão dos holandeses do Nordeste e do seu deslocamento para as Antilhas. Lá, instalaram grandes engenhos, que passaram a concorrer com os brasileiros. Nessas ilhas da América Central, alcançava-se enorme produção, e o açúcar era vendido por um preço inferior ao produzido no Brasil.

A saída para o declínio da cana de açúcar e de outros produtos da terra ocorreu com o povoamento do sertão nordestino, região até então muito pouco conhecida e explorada. Começava assim o ciclo do gado, ou ciclo do couro.

Por fim, quase todo o território brasileiro, nos séculos XVII e XVIII, desenvolveu atividades pastoris, havendo grande comércio de carne e couro. O couro, especialmente, esteve muito presente na vida dos homens do sertão, conforme explica o historiador Capistrano de Abreu:

[...] de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro eram todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso. Em couro o sertanejo pisa o tabaco para o nariz.

Ciclo da Mineração (1709–1789)

Durante todo o século XVIII, expedições chamadas entradas e bandeiras vasculharam o interior do território em busca de metais valiosos (ouro, prata, cobre e pedras preciosas como diamantes e esmeraldas). Afinal, já no início do século XVIII (entre 1709 e 1720), estas foram achadas no interior da Capitania de São Paulo (Planalto Central e Montanhas Alterosas), nas áreas que, depois, foram desmembradas como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A descoberta de ouro e diamante nessa região provocou um afluxo populacional vindo de Portugal e de outras áreas povoadas da colônia, como São Paulo, São Vicente e o litoral nordestino. Já de início, o choque na corrida pelas minas levou a um conflito entre os paulistas e os outros exploradores (Guerra dos Emboabas).

Outra importante atividade impulsionada pela mineração foi o comércio interno entre as diferentes vilas e cidades da colônia proporcionado pelos tropeiros.

Diamantes

Os primeiros diamantes no Brasil foram encontrados por volta de 1729, tendo logo despertado a atenção da Coroa Portuguesa. A primeira legislação visando a regulamentar a sua exploração foi o Regulamento dos Superintendentes e Guardas-mores das Terras Minerais, comum a toda a região. Esse regulamento genérico despertou viva resistência entre os mineradores e, em termos fiscais, mostrou-se ineficaz com relação aos diamantes, cujas características (pequenas dimensões e elevado valor) incentivavam a sua ocultação e contrabando.

O seu principal centro produtor foi o Arraial do Tijuco (atual Diamantina), na Comarca do Serro do Frio, marcado, além do seu natural isolamento geográfico, pela severidade da legislação diamantífera – materializada, por exemplo, no chamado "Livro da Capa Verde" - e pelo rigor da fiscalização da Metrópole. Em 1734, era, ali, instituída a Intendência dos Diamantes. No ano seguinte (1735), a extração foi proibida por quatro anos, até que se encontrasse uma maneira mais eficaz de controle por parte da Coroa, e, principalmente, até que se recuperassem os preços internacionais do quilate, abalados pela abundância da oferta.

Superada esta fase inicial, institui-se, em 1741, o sistema de arrematação por contratos, que perdurou até 1771. Os historiadores indicam que, entre 1740 e 1771, foram extraídos mais de 1 666 569 quilates, levando à queda em 75 por cento do preço dos diamantes no mercado mundial.

A partir de 1771, foi criada a Real Extração, sob controle direto da Coroa. Este sistema perdurou até mesmo depois da Independência do Brasil (1822), sendo a Real Extração extinta por decreto apenas em 1832. Estima-se que, neste período até 1810, cerca de três milhões de quilates foram extraídos.

Economia Na Era Imperial (1822–1889)



Armazém da Alfândega da cidade de Belém, na província do Pará, c. 1870.

Ao tornar-se independente em 1822, o Brasil possuía uma economia voltada para a exportação de matérias-primas. O mercado interno era pequeno, devido à falta de créditos e a quase completa subsistência das cidades, vilas e fazendas do país que se dedicavam à produção de alimentos e a criação de animais. Durante a primeira metade do século XIX, o Estado imperial investiu pesadamente na melhoria das estradas terrestres e detinha por sua vez, um memorável sistema de portos que possibilitava uma melhor troca comercial e comunicação entre as regiões do país.

A economia do Brasil era extremamente diversificada no período pós-Independência, mas foi necessário um grande esforço por parte do governo monárquico para realizar a transmutação de sistema econômico puramente escravocrata e colonial para uma economia moderna e capitalista.

Contudo, a monarquia fora capaz de manter, até o fim de sua existência, o notável crescimento econômico iniciado com a vinda do então príncipe-regente dom João ao Brasil. Isto foi possível, em parte, graças ao liberalismo adotado pelo regime monárquico, que favorecia a iniciativa privada.

Para um país carente de capitais, seria necessário investir o tanto quanto possível nas exportações, buscando alcançar uma balança comercial superavitária. Contudo, tal feito fora complicado pela completa falta de produtos manufaturados no país, o que resultou num aumento considerável das importações, criando um déficit contínuo.

A maior parte das importações eram tecidos, vinhos, sabões, comestíveis, perfumarias, dentre outros. Até a década de 1850, itens como carvão, maquinaria, cimento, ferro, ferramentas e artigos de ferro representavam 11% das importações brasileiras em relação à Grã-Bretanha.

Mas o processo de industrialização constante do Brasil faria com que este percentual alcançasse 28% em 1889. Com o passar das décadas, surgiram novas tecnologias, aumentou a produtividade interna e as exportações aumentaram consideravelmente, possibilitando alcançar o tão almejado equilíbrio na balança comercial.

Durante a década de 1820, o açúcar equivalia a cerca de 30%, o algodão 21%, o café 18% e couros e peles 14% do total das exportações, sendo Pernambuco o centro das produções açucareira e algodoeira. Apenas vinte anos depois, o café alcançaria 42%, enquanto o açúcar 27%, os couros e peles 9% e o algodão 8% do total das exportações.

Entretanto, isto não significou uma diminuição na produção desses produtos: pelo contrário, "refletia uma diferença no crescimento relativo desses setores". Neste período de apenas vinte anos, as "exportações brasileiras dobraram em volume e triplicaram em valor nominal", enquanto seu valor em libras esterlinas aumentou em 40%.



Estrada de ferro em Petrópolis, em 1885. O advento dos trens tornou o transporte de carga menos oneroso e mais rápido, diminuindo consideravelmente o custo de produção.

Nos anos 1820, o Brasil exportou cerca de 11 mil toneladas de cacau, enquanto, em 1880, o valor foi de 73 500 toneladas. Entre os anos 1821 e 1825, exportaram-se 41 174 toneladas de açúcar, atingindo o incrível valor de 238 074 toneladas entre 1881 e 1885.

Até 1850, a produção de borracha fora insignificante, mas, entre 1881 e 1890, alcançou o terceiro lugar nas exportações brasileiras. Foram, ao todo, cerca de 81 toneladas entre 1827 e 1830, atingindo 1 632 toneladas em 1852, e em 1900 foram 24 301 452 toneladas.

Exportaram-se, também, cerca de 3 377 000 toneladas de café entre 1821 e 1860, enquanto, entre 1861 e 1889, alcançaram-se 6 804 000 toneladas.

A inovação tecnológica também contribuiu para o crescimento das exportações, como citado anteriormente. A principal razão foi a adoção da navegação a vapor e de ferrovias, o que permitiu, ao transporte de carga, tornar-se bem menos oneroso e muito mais rápido.^[21] O valor absoluto das exportações do Império em 1850 era o mais elevado da América Latina (o triplo da Argentina, que estava em quarto lugar) e manteria esta posição (inclusive em termos econômicos gerais) até o final da monarquia.

O comércio exterior, ou seja, importação e exportação somadas, acumulavam um valor total de 79 000 contos de réis entre 1834 e 1839 para atingir 472 000 contos de réis em 1886 (taxa de crescimento anual de 3,88% desde 1839).

A partir de 1859, a balança comercial entre importação e exportação se equilibra até esta última tornar-se maior que a primeira em 1865. Após 1874, a balança comercial fica claramente favorável, tendo as exportações números bem mais altos que a importação. A maior parte das exportações brasileiras eram produtos agrícolas.

No entanto, as exportações norte-americanas de produtos agrícolas respondiam por um percentual que variava em torno de 73% a 83% entre os anos 1850 e 1900 de todas as vendas externas, para efeitos de comparação.

O crescimento econômico foi percebido no Produto Interno Bruto brasileiro (PIB), que, de 50 000 contos de réis em 1840, veio a atingir a cifra de 500 000 contos de réis em 1889 (uma incrível taxa de crescimento anual de 4,81% desde 1840). O crescimento econômico brasileiro, principalmente a partir de 1850, se comparado aos Estados Unidos e aos países europeus, foi "muito bom". O Brasil do último ano da monarquia era "próspero e respeitado". O historiador Heitor Lyra resume a questão:



Vista do Centro da cidade do Rio de Janeiro em 1889. O comércio exterior brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 3,88% durante 47 anos.

O Império, sob o ponto de vista do progresso e do desenvolvimento material do país, não foi o atraso e a estagnação, de que ainda hoje é acusado por quantos não se querem dar ao trabalho de estudar e conhecer melhor esse período da nossa História. E a verdade é o que o Brasil era, de fato, e de direito, sob este e outros aspectos, a primeira Nação da América Latina. Essa hegemonia ele iria conservar até o último dia da Monarquia.

A renda per capita brasileira em 1890 era de 770 reais (em valores de 1990). Para se ter uma ideia do potencial econômico do país durante o Império, caso "tivesse podido manter o nível de produtividade conquistado em 1780 e conseguido ampliar as exportações com ritmo igual ao verificado na segunda metade do século XIX, sua renda per capita em 1950 seria comparável à média dos países da Europa Ocidental, e o país não se teria atrasado tanto".

Ou seja, no início da segunda metade do século XX, não só o país seria mais rico, mas o povo brasileiro também, pois este teria uma condição de vida muito superior à existente atualmente.

Agricultura

A agricultura no Brasil tinha um papel extremamente importante: 80% das pessoas em atividade dedicavam-se ao setor agrícola, 13% ao de serviços e 7% ao industrial. No interior do país havia uma agricultura realizada pelos próprios produtores (sem a utilização de escravos), abastecendo o mercado local.

Nas regiões norte e nordeste ocorria o cultivo de algodão em conjunto com culturas de alimentos (para a própria subsistência e venda nos mercados locais), que eram produzidos por pequenos e médios lavradores.

As grandes distâncias encareciam o custo do transporte e os impostos interprovinciais para o trânsito de mercadorias, o que acabou por restringir consideravelmente a capacidade de distribuição por parte dos produtores destes setores voltados ao mercado interno.



Fazenda Santa Genebra, na província de São Paulo, em 1880. Os produtores agrícolas buscaram modernizar seus empreendimentos para manter a competitividade no mercado internacional.

Na Região Sudeste do Brasil, a produção de café, que, no início do Brasil independente, respondia por apenas 3% das exportações, foi se tornando, a cada década, mais e mais importante para a economia brasileira, principalmente devido ao aumento extraordinário do mercado consumidor internacional.

As fazendas cafeeiras eram praticamente autossustentáveis, pois não só o café era produzido ali, mas também a alimentação e vestuário para os escravos, negando a possibilidade de surgimento de outros setores econômicos voltados para este mercado. Entretanto, a extinção do tráfico negreiro (e o consequente encarecimento no valor dos escravos) obrigou aos produtores a focarem na manutenção da mão de obra em detrimento da autossustentabilidade. Buscou-se, então, impedir uma alta nos custos da produção.

Para se manterem competitivos nos mercados internacionais, os produtores agrícolas com ajuda governamental buscaram modernizar a produção, adotando inovações técnicas e tecnológicas. No Norte e Nordeste do país, foram instaladas grandes unidades de processamento de cana-de-açúcar, chamadas de engenhos centrais, que revolucionaram a economia tradicional. Estas usinas vieram a ocupar o lugar das antigas fábricas de açúcar que datavam do período colonial, efetivamente industrializando o setor.

Nas regiões cafeeiras, os produtores realizaram a transição da mão de obra escrava para a paga, com a absorção dos imigrantes estrangeiros que chegavam aos milhares a cada ano e também de ex-escravos.

Os benefícios eram muitos, mas o principal era o barateamento do custo de produção, pois o sustento de escravos revelara-se mais oneroso que o pagamento de salários a trabalhadores livres.

A província de São Paulo foi a que melhor logrou sucesso nessa empreitada, realizando a transição do antigo sistema econômico escravocrata para o moderno capitalista. Entretanto, a do Rio de Janeiro se revelou incapaz de assimilar as novas tendências do mercado, preferindo manter a utilização de mão de obra escrava até o fim, o que eventualmente causaria o seu colapso.

O governo imperial não se limitou a facilitar o crédito para a compra de equipamentos modernos ou a vinda de imigrantes, mas também diminuiu vários impostos para colaborar com o esforço de modernização da produção agrícola do país.

Um destas medidas ocorreu em 1874 quando o gabinete Rio Branco fixou em 40% a taxa de imposto para todas as mercadorias importadas (e que viria a incentivar a indústria nacional), ao mesmo tempo em que criou franquias aduaneiras para importações relacionadas a plantas vivas, sementes, raízes, bulbos e aparelhos mecânicos com o intuito de desenvolver a agricultura.

Indústria

A indústria brasileira tem sua origem remota nas oficinas artesanais datadas do início do século XIX. A maior parte dos estabelecimentos industriais surgiram no Sudeste brasileiro (principalmente na província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e mais tarde, São Paulo), e de acordo com a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, 77 estabelecimentos foram registrados entre 1808 e 1840 e receberam a classificação de "fábricas" ou "manufaturas".

Contudo, a maior parte, cerca de 56 estabelecimentos, na realidade se encaixavam na categoria de "oficinas artesanais" e estavam voltados para os ramos de sabão e velas de sebo, rapé, fiação e tecelagem, alimentos, fundição de ferro e metais, lã e seda, dentre outros. Utilizavam como mão de obra tanto elementos livres como também escravos.



Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Iperó, na então província de São Paulo, em 1884.

Havia vinte estabelecimentos que poderiam ser considerados de fato manufatureiros, e, deste total, treze foram criados entre os anos 1831 e 1840. Eram todos, contudo, de pequeno e porte e se assemelhavam mais a oficinas artesanais maiores do que a fábricas propriamente ditas. Entretanto, atuavam em ramos extremamente diversos, tais como: chapéus, pentes de tartaruga, ferraria e serraria, fiação e tecelagem, sabão e velas, vidros, tapetes, oleados etc.

Provavelmente por causa da instabilidade do período regencial, apenas nove destes estabelecimentos ainda estavam em funcionamento em 1841, mas, em compensação, eram de grande porte e poderiam ser considerados um "prenúncio de uma nova era para as manufaturas".

As razões pelo qual foi extremamente limitado o advento de manufaturas reais anteriormente à década de 1840 foram: a autossuficiência das regiões do país (principalmente das fazendas de café e cana-de-açúcar, que produziam seus próprios alimentos, vestuário, equipamentos etc.); a falta de capitais; e o alto custo da produção. Este último, por exemplo, impossibilitava as manufaturas nacionais de competirem com produtos estrangeiros (apesar de algumas já utilizarem máquinas), pois a maior parte da matéria-prima era importada.



Poços petrolíferos em Arroio dos Ratos, na província do Rio Grande do Sul, em 1885.

A promulgação da tarifa Alves Branco, entretanto, viria a modificar tal quadro. Ela tinha, por objetivo, aumentar a arrecadação do Estado e incentivar o crescimento da indústria nacional, e logrou sucesso em ambas as empreitadas. A súbita proliferação de capital foi direcionada para investimentos nas áreas de serviços urbanos, transportes, comércio, bancos, indústrias etc.

A maior parte do capital investido nas indústrias foi direcionado ao ramo têxtil. Contudo, num crescimento industrial sem precedentes, surgiram múltiplos estabelecimentos manufatureiros, tais como de: fundição e maquinaria, sabão e velas, vidros, cerveja, vinagre, galões de ouro e prata, calçados e cordoaria, couros, calçados e cordoaria, sabão e velas, chapéus e tecidos de algodão.

Também pode ser citada a criação de uma indústria metalúrgica em Ponta da Areia, na cidade de Niterói, que inclusive construiu navios a vapor. Já a indústria têxtil algodoeira do país surgiu no ano de 1826 em Pernambuco, mas não foi bem sucedida, e só duas décadas mais tarde, com a abertura de outras unidades, o setor foi se consolidando naquela província.

Na Bahia, a produção têxtil iniciou-se em 1844. O setor têxtil foi dinâmico durante o período monárquico brasileiro e recebeu relevantes investimentos até 1890, quando entrou em declínio.

Algumas modernizações ocorreram, principalmente entre 1840 e 1860, quando foram criadas fábricas de bom nível tecnológico capazes de competir com outros grandes centros internacionais. Em 1853, havia 8 fábricas de tecidos no Brasil. Vieram outras melhorias com a estabilização das fábricas e forjas voltadas para a produção de equipamentos e peças para a manufatura têxtil.

A extinção do tráfico negreiro em 1850, ao contrário do que muitos autores alegam, não providenciou uma "liberação" de crédito para a área industrial. Tal afirmação não possui base documental alguma. Contudo, o capital antes empregado no tráfico foi direcionado a setores como os de empresas de serviços urbanos, transportes, bancos e comércio.

Mas é possível que tenha contribuído indiretamente para o crescimento do setor industrial através de empréstimos concedidos pelos estabelecimentos bancários. Ao iniciar a década de 1850, havia cerca de 50 fábricas com capital superior a 7 000 contos de réis.



Gaston d'Orléans, conde d'Eu, e dona Isabel, Princesa Imperial, ao lado de oficiais em visita a uma fabricação de armamentos militares, em 1886.

Diferente da visão costumeira acerca do tema, o governo imperial criou diversos incentivos para a industrialização do país. Os mais antigos datam ainda do reinado de dom Pedro I, através de concessões de subvenções governamentais.

O primeiro estabelecimento a receber tal concessão foi a "Fábrica das Chitas", voltada para estampa e papel, por decreto de 26 de junho de 1826. A prática foi retomada na década de 1840, quando novos estabelecimentos industriais receberam subvenções. Em 1857, sete manufaturas eram beneficiadas por esta prática de incentivo, dentre elas a Ponta de Areia, de propriedade de Irineu Evangelista de Sousa (futuro visconde de Mauá).

Um dos critérios exigidos para a concessão destas subvenções era o emprego exclusivo de trabalhadores livres. Buscava-se, então, não só a transição do antigo sistema econômico colonial para o moderno sistema capitalista, mas também a da mão de obra escrava para a livre.

Outros incentivos ocorreram, como o decreto de 8 de agosto de 1846, que isentava os produtos manufaturados de direitos de transporte (tanto no interior quanto no exterior), dispensava do recrutamento militar determinado número de empregados dos estabelecimentos industriais e eliminava a taxa sobre peças e maquinário importados pelas fábricas têxteis.

No ano seguinte, novo decreto datado de junho declarava que todos os estabelecimentos industriais em solo nacional estariam livres de impostos sobre matérias-primas importadas. Desta maneira, os custos de produção da indústria nacional diminuíram consideravelmente, permitindo-a competir com produtos estrangeiros.

A tarifa Alves Branco sofreu modificação em 1857, reduzindo para 15% as taxas sobre os produtos importados. Entretanto, no gabinete Rio Branco, a taxa sobre produtos estrangeiros foi elevada novamente para 40%, e novas matérias-primas receberam isenções tributárias sobre as importações.



Usina Beltrão (Fábrica Tacaruna), no Recife. Inaugurada em 1895, foi a primeira refinaria do Brasil e da América do Sul.

Ao final da década de 1860, ocorre um novo surto industrial causado por dois conflitos armados: a Guerra Civil Norte-Americana e a Guerra do Paraguai. Na primeira, a produção de algodão foi interrompida pelo bloqueio realizado pelas forças da União contra a Confederação. A segunda causou a emissão de moeda e o aumento de tarifas de importação para cobrir os gastos com o conflito.

O resultado foi um grande estímulo não só para a indústria têxtil, mas também para outros setores, tais como: o químico, de cigarro, de vidro, papel, de couro, de instrumentos ópticos e náuticos etc.

Durante a década de 1870, graças à decadência da região cafeeira do vale do Paraíba e de algumas áreas de produção açucareira, muitos fazendeiros investiram não somente na indústria têxtil de algodão, mas também em outros setores manufatureiros.

A implantação de uma malha ferroviária por todo o território nacional também estimulou o surgimento de novas atividades industriais, principalmente em São Paulo. A indústria naval também sofreu um grande impulso neste período. É a partir da década de 1870 que o processo de industrialização do Brasil se torna constante e revela uma grande expansão.

Em 1880, é criada a Associação Industrial, com a primeira diretoria eleita no ano seguinte, que atuou no sentido de apoiar novos incentivos industriais e realizar propagandas contra os defensores de um Brasil essencialmente agrícola. Do capital empregado na economia brasileira até 1884, 9,6% era direcionado a indústria.

A partir de 1885, este percentual cresce para 11,2%. Entretanto, sofre uma abrupta queda no período republicano, atingindo 5% entre 1890 e 1894, e revelando uma leve melhora para 6% entre 1900 e 1904, mas seriam necessários muitos anos até retornar aos patamares dos tempos do Império.

Ao ser extinta através de um golpe de Estado em 1889, existiam, sob o regime monárquico brasileiro, 636 fábricas (taxa de crescimento anual de 6,74% 1850) com um capital de 401 630,6 contos de réis (taxa de crescimento anual de 10,93% desde 1850). Deste valor, 60% estava empregado no setor têxtil, 15% na alimentação, 10% no químico, 4% no madeireiro, 3,5% no vestuário e 3% na metalurgia.

Ciclos Econômicos Pré-Industriais

Ciclo do Café (1850–1930)

Após o fim do ciclo do ouro, com o esgotamento das jazidas, faltava ao Brasil um grande produto para preencher a lacuna deixada pelos metais preciosos.^[9] Essa decadência gerou uma crise econômica, durante a qual o poder de compra da população era bem menor do que na fase áurea da mineração. Foi uma crise longa, que só terminaria no século seguinte, durante o período regencial (1831-1840), com a ascensão do café.



Uma lavoura de café no início do século XX

Introduzido no Brasil no início do século XVIII por Francisco de Melo Palheta, a partir de sementes contrabandeadas da Guiana Francesa, o café foi o produto que impulsionou a economia brasileira entre as décadas de 1850 e 1930. Concentrado a princípio no Vale do Paraíba (entre Rio de Janeiro e São Paulo) e depois no sul paulista e nas zonas de terra roxa do oeste de São Paulo e do Paraná, o grão

foi o principal produto de exportação do país durante quase 100 anos. O café costumava ser plantado de forma não a mais apropriada:

Até por volta de 1870, a bacia do rio Paraíba foi o principal centro produtor de café. Mas aconteceu ali o que já havia ocorrido nas terras do norte. Outra vez ninguém pensou em tratar o solo, em plantar certo. As fileiras de café subiam morro acima, verticalmente.

Quando chovia, as águas corriam pelas valas existentes entre uma fileira e outra, carregando a terra. Plantava-se também sempre nos mesmos lugares, sem dar descanso ao chão. As matas eram devastadas, fazendo com que a região se tornasse árida, sem as mesmas chuvas de outrora. Aquela zona começou a empobrecer. E esse território, que chegara a ser muito rico, começou a produzir cada vez menos. Os homens foram embora e as plantações ficaram abandonadas

— «Segundo Reinado IV: A Evolução Econômica». Enciclopédia Delta de História do Brasil. [S.l.]: Editora Delta S/A. 1969. p. 1706

Por sorte, o café não ficou no mesmo lugar e seguiu para o interior. No oeste de São Paulo encontrou o planalto de terra roxa, o melhor tipo de solo para o cafeeiro. Em 1860 foi construída a estrada de ferro que ligava São Paulo ao porto de Santos e a produção cresceu rapidamente no estado nas décadas de 1880 e 1890. Em 1894, a produção que passava pelo porto de Santos superou a do Rio de Janeiro e lhe tornou o maior centro exportador de café do mundo.

Ciclo da Erva-Mate (século XIX–início do século XX)

No século XIX, o isolacionismo do Paraguai levou Argentina e Uruguai a trocarem a erva-mate importada do Paraguai pela erva-mate importada do Brasil, o que impulsionou o ciclo da erva-mate na região dos atuais estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, quando era conhecida como "ouro verde".

O próprio Paraná só se emancipou da província de São Paulo em 1853 em função do desenvolvimento trazido pelo ciclo da erva-mate, sendo que em meados do século XIX a erva-mate chegou a representar 85% da economia paranaense.

Graças a esse desenvolvimento econômico, a navegação fluvial nos rios Iguaçu e Paraná floresceu e Estrada da Graciosa e a Ferrovia Paranaguá/Curitiba facilitaram a ligação entre Curitiba e o litoral. Além disso, o ciclo promoveu o início do processo de industrialização no Paraná, focado na manufatura da erva-mate, situação que permaneceu até a década de 1930. Entre as primeiras indústrias do estado está a Moinhos Unidos Brasil Mate Sociedade Anônima, fundada em 1834, que viria a se tornar a Mate Real.

Ciclo da Borracha (1866–1913)

No início do século XVIII, o naturalista Charles Marie de La Condamine viaja à região amazônica e estuda as propriedades da *Hevea brasiliensis*, árvore nativa da Amazônia, conhecida como seringueira, constatando várias utilizações dessa planta para o homem.

Posteriormente, Charles Goodyear descobriria o processo de vulcanização desse líquido conhecido como látex, se tornando, então, possível a fabricação de pneumáticos para a indústria automobilística - até então, os carros utilizavam rodas de madeira.

Porém, apenas mais de um século depois, cerca do ano de 1870, começou a tornar-se sensação na Europa e nos Estados Unidos: a demanda crescia vorazmente e a oferta crescia timidamente, gerando um rápido aumento na cotação internacional do produto.

Na época, o único local de existência da árvore era em toda a Amazônia.

Fazendeiros, pequenos agricultores e outros agroempresários foram atraídos para o interior da Amazônia para constituir fazendas silvicultoras, voltadas à extração de látex. Simples homens ergueram-se como barões da borracha, concentrando renda e relegando sua mão de obra à miséria e a condições análogas à escravidão.

Na pauta de exportações brasileiras, a borracha chegou a representar 40%, possuindo a mesma parcela de participação que o café durante o ciclo do café, evidenciando a grande importância do ciclo da borracha. Os lucros auferidos com tal comércio ficavam concentrados basicamente nas metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, principalmente na primeira (devido a sua posição estratégica, próxima ao oceano).

Suas rendas per capita chegaram a ser das mais altas do planeta. Os lucros eram destinados principalmente às mãos dos empresários do sector financeiro. As duas cidades passaram por profundas reformas urbanas, frutificando imensos projetos urbanísticos de francização como o Petit Paris em Belém e a Paris nos Trópicos, em Manaus, incluindo grandes e opulentas obras como o Theatro da Paz (Belém), o Teatro Amazonas (Manaus), suntuosos palácios, boulevards e imensas avenidas com túneis de mangueiras.

O ciclo da borracha é também conhecido na Amazônia como a Belle Époque e foi uma época de ostentação e fausto, porém começou a ruir com as bruscas quedas na cotação internacional da borracha, graças à ampliação em demasia da oferta de látex, propiciada pela biopirataria de milhares de seringueiras ao Oriente; emigração de famílias capitalizadas e a I Guerra Mundial.

Porém o factor determinante para seu ocaso foi a pouca diversificação da economia amazônica, já que acreditavam que os altíssimos lucros da borracha seriam eternos. Para se ter noção, a renda per capita de Belém do Pará caiu quase cinco vezes de 1910 a 1920. Com o fim do ciclo, houve saqueamentos, suicídios, emigração em massa, abandono de casarões, sucateamento (1800 a 1930).

Desde a época colonial até 1930, a economia brasileira foi organizada economicamente por meio da produção e exportação de algumas poucas "commodities" agrícolas, cujas características centravam-se na produção de gêneros que interessavam ao mercado internacional. Esse fato define a economia brasileira nesse período como primário-exportadora.

Industrialização e Desenvolvimentismo (1930–1980)

Nacional-desenvolvimentismo é geralmente o nome que se dá ao acelerado processo de crescimento da renda per capita entre 1930 e 1980. É a fase do fortalecimento da nação brasileira e da industrialização, na qual a renda por habitante cresce em média 2,8% ao ano.

O período começa com o governo Vargas, no qual é autoritário entre 1937 e 1945; torna-se democrático entre 1945 e 1964; passa por uma crise entre 1961 e 1964; volta a ser autoritário, agora sob o Regime Militar; experimenta o "milagre econômico" entre 1969 e 1973; e entra em crise - a grande crise da dívida externa - a partir de 1980.

Nesse período, em que as grandes figuras foram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek o Estado desempenhou um papel ativo na industrialização do país, protegendo a indústria nacional através de um regime de substituição de importações; iniciou, a partir de 1968, um processo de exportação de manufaturados muito bem sucedido; mas o endividamento externo entre 1974 e 1978 levará o país à crise em 1980.

O modelo de transporte adotado foi o rodoviário, em detrimento de todos os demais (ferroviário, hidroviário, naval, aéreo).

Valendo-se de políticas econômicas desenvolvimentistas desde a Era Vargas, na década de 1930, o Brasil desenvolveu grande parte de sua infraestrutura em pouco tempo e alcançou elevadas taxas de crescimento econômico. Todavia, o governo, muitas vezes, manteve suas contas em desequilíbrio, multiplicando a dívida externa e desencadeando uma grande onda inflacionária.

O presidente João Goulart tentou implementar as reformas de base (agrária, habitacional, financeira) mas foi impedido pelo regime militar de 1964.

Em 1967, é criada a Zona Franca de Manaus. O capitalismo brasileiro em 1964 vivia em uma crise econômica e necessitava de aprofundar suas tendências anteriores ao trabalhismo.

O governo durante o regime militar também auxiliou em outras esferas as empresas brasileiras, inclusive as empreiteiras. A política educacional do regime foi orientada para auxiliar um capitalismo dependente dos Estados Unidos.

Milagre Econômico (1969–1973)

Entre 1969 e 1973, o Brasil viveu o chamado Milagre Econômico, quando um crescimento acelerado da indústria gerou empregos e aumentou a renda de muitos trabalhadores. Houve, porém, ampliação da concentração de renda.

O principal motivo era a defasagem dos salários mais baixos. Por exemplo, o salário-mínimo real, apesar de cair menos do que no período entre 1964 e 1966, quando sofreu uma diminuição de 25%, baixou mais 15% entre 1967 e 1973. Era a famosa teoria de "fazer crescer o bolo para dividir depois".

Neste período com intuito de romper a estagnação que se seguira ao governo Kubitschek, e visando estimular o crescimento econômico, além de promover a integração nacional, o governo militar tratou de implementar vários programas nas áreas de transportes, energia e de estratégia militar.^[75]

A construção de Usinas Hidrelétricas por todo o país deu condições de desenvolvimento para uma série de regiões brasileiras

Com o objetivo de desenvolver a Região Norte do Brasil, o governo tomou uma série de medidas que permitiriam sua ocupação e desenvolvimento, a principal delas foi a construção da Rodovia Transamazônica.

Recessão e Crise Monetária (1973–1990)



Mapa Econômico do Brasil (1977)

Da Crise do Petróleo até o início dos anos 1990, o Brasil viveu um período prolongado de instabilidade monetária e de recessão, com altíssimos índices de inflação (hiperinflação) combinados com arrocho salarial, aumento da dívida externa e crescimento pífio.

Já na década de 1980, o governo brasileiro desenvolveu vários planos econômicos que visavam ao controle da inflação, sem nenhum sucesso. O resultado foi o não pagamento de dívidas com credores internacionais (moratória), o que resultou em graves problemas econômicos que perdurariam por anos. Não foi por acaso que os anos 1980, na economia brasileira, ganharam o apelido de "década perdida".

Plano Cruzado

Plano Bresser

Plano Collor

Abertura Econômica (1990–2002)

O governo Fernando Collor teve, como principal lema, a falência do projeto desenvolvimentista como motor de crescimento. Em particular, a baixa qualidade dos automóveis e computadores nacionais, protegidos por altas barreiras alfandegárias, foi utilizada como exemplo da incapacidade do governo

como grande empresário. A partir de então, observou-se uma crescente abertura comercial e uma série de privatizações.

Diversas empresas de baixa eficiência, principalmente do setor de informática, foram à falência, enquanto a qualidade dos produtos disponíveis teve uma melhora substancial.

A estabilidade monetária só foi alcançada com a implantação do Plano Real, em 1994, já no governo Itamar Franco. Como consequência do fim da inflação e do fim do regressivo imposto inflacionário, houve uma melhora da renda sem precedentes para as classes mais baixas. O ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito presidente com ampla margem. Sua presidência foi caracterizada por avanços nos processos de modernização e redistribuição de renda.

A Lei de Responsabilidade Fiscal ajudou a controlar os gastos dos estados e municípios. Por outro lado, a insistência na política de câmbio fixo valorizado gerou um prejuízo na situação fiscal que culminou com o ataque especulativo e a implementação do regime de câmbio flutuante com Arminio Fraga. A implementação de políticas redistributivas como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação ajudou a reduzir a concentração de renda, porém com efeitos muito inferiores aos do fim da inflação.

Apesar das reduzidas taxas de crescimento econômico, principalmente comparadas com as obtidas entre 1948 e 1979, houve uma significativa redução da desigualdade social no período entre 1990 e 2002, bem como uma melhora substancial em outros índices como os de escolaridade e de mortalidade infantil.

Era Lula (2003–2011)

A política econômica do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, baseada no câmbio flutuante e numa política monetária austera visando ao controle da inflação, foi mantida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Do ponto de vista fiscal, o controle do superávit se deu através de um aumento substancial de arrecadação que contrabalançou a significativa elevação nos gastos públicos. A unificação dos programas redistributivos sob o nome de Bolsa Família foi uma das principais bandeiras do Governo Lula.

O Banco Central brasileiro pagou o empréstimo do FMI em 2005, embora pudesse pagar a dívida até 2006. Uma das questões que o Banco Central do Brasil tratou foi um excesso de fluxos especulativos de capital de curto prazo para o país, o que pode ter contribuído para uma queda no valor do dólar frente ao real durante esse período.

No entanto, o investimento estrangeiro direto (IED), relacionado a longo prazo, menos investimento especulativo em produção, estimava-se ser de US\$ 193,8 bilhões para 2007. O monitoramento e controle da inflação desempenhou um papel importante nas funções do Banco Central de fixar as taxas de juro de curto prazo como uma medida de política monetária.

A Era Lula foi o mais próspero período da economia brasileira em três décadas. Teve também o menor período recessivo da história do país — seis meses, durante os impactos da crise mundial de 2007 e 2008.

Nos seus dois mandatos, Lula empreendeu reformas e mudanças radicais que produziram transformações sociais e econômicas no Brasil, que triplicou seu PIB per capita e alcançou o grau de investimento pela agência de classificação de risco Standard & Poor's. Em 2010, último ano do Governo Lula, o PIB brasileiro cresceu 7,5%.

Crise Econômica (2014–Atualidade)



Microeconomia

A Microeconomia é a área que estuda o comportamento do econômico de cada grupo ou setor individualmente, como famílias, empresas, consumidores etc. Esse estudo permite analisar a tomada de decisão desses grupos, bem como sua relação com o uso dos recursos, preços, bens e serviços.

As análises têm como base os preços praticados no mercado, oferta e a demanda de produtos, as leis econômicas, as decisões do governo, a inflação, leis de mercado e outros fatores. Dessa forma, a microeconomia estuda:

- Como a indústria pode aumentar a produção e reduzir os preços, tornando-se mais competitiva;
- Como as famílias usam seu dinheiro ou fazem economias;
- Como empresas pequenas podem aumentar suas vendas, diminuindo os custos com mão de obra etc.

O objetivo é estudar pequenos setores e sua atuação na economia para entender a sua relação e suas influências. Veja a seguir algumas características da microeconomia que ajudam a entendê-la melhor.

- Estuda o comportamento individual de grupos, como um consumidor, uma família, uma empresa etc;
- Analisa produto, oferta, demanda, preço, salário etc;
- Estuda primeiro os fatores pequenos e individuais para depois estudar e entender o cenário;
- Faz análise de variáveis individuais.

Mas não é só nesses campos que a microeconomia atua. Esse modelo de estudo também é usado para que empresas e negócios possam estudar suas questões internas, tanto econômicas, quanto operacionais.

Quais São As Vantagens

A microeconomia é fundamental para a formação do preço dos produtos, pois analisa fatores como terra, mão de obra, capital, entre outros. Ou seja, antes de um produto ser lançado no mercado, a microeconomia fará diversos estudos. Dessa forma, a microeconomia oferece algumas vantagens para o mercado.

O principal deles é o volume de informações que agrega para determinar o preço dos produtos e a identificação do valor agregado dos fatores que não adicionados na produção daquele item.

Por analisar cada grupo, permite que as empresas identifiquem pontos específicos que precisam ser atendidos ou ofereçam uma oferta de produtos e serviços mais personalizada. Além disso, as empresas que utilizam a microeconomia conseguem tomar decisões de forma mais assertiva e clara.

Por outro lado, a microeconomia não permite analisar a economia de forma geral, sendo fundamental adotar outros modelos de estudo para um entendimento mais completo.

Microeconomia

A microeconomia ou teoria dos preços analisa a formação de preços no mercado, isto é, como a empresa e o consumidor se interagem e decidem o preço e a quantidade de um produto ou serviço. Estuda o funcionamento da oferta e da demanda (procura) na formação do preço.

A microeconomia se preocupa em explicar como é fixado o preço e seus fatores de produção. Divide-se em:

- Teoria do Consumidor: Estuda a preferência do consumidor analisando seu comportamento, suas escolhas, as restrições quanto a valores e a demanda de mercado.
- Teoria de Empresa: Estuda a reunião do capital e do trabalho de uma empresa a fim de produzir produtos conforme a demanda do mercado e a oferta dos consumidores dispostos a consumi-los.

- Teoria da Produção: Estuda o processo de transformação da matéria-prima adquirida pela empresa em produtos específicos para a venda no mercado. A teoria da produção se refere os serviços como transportes, atividades financeiras, comércio e outros.

Diferenças Entre Microeconomia E Macroeconomia

A microeconomia se concentra em analisar a economia de modo individual, separadas por cada mercado diferente, o que possibilita entender a formação de preços, ou também, como se comportam os indivíduos e as empresas neste comércio.

A macroeconomia passa a agregar todos esses mercados em uma economia nacional buscando analisar os rendimentos e despesas geradas, e também, outros fatores que atingem essa economia, como taxas de juro, inflação, crescimento e desemprego.

Você pode saber mais sobre o que é a macroeconomia.

Custo De Oportunidade

Na microeconomia quando há uma atividade econômica, são considerados os custos de oportunidade. Esses custos determinam qual a importância de um bem ou serviço oferecido, comparado aos outros bens que um indivíduo deixa de ter.

Ao considerar o custo de oportunidade, é possível analisar o quanto as pessoas estão dispostas a pagar para comprar um produto, ao desistir de comprar outros de mesmo valor.

Além do custo, é também considerado qual o benefício um produto pode oferecer. Essa diferença é conhecida como o custo-benefício.

Custo-Benefício

O conceito sobre custo-benefício é o princípio da análise microeconômica, ao indicar que as pessoas ou as empresas tomam ações que lhes proporcionem a maior utilidade possível.

A microeconomia considera que os indivíduos tomam decisões em que, os benefícios sejam maiores que os custos. Por exemplo, uma empresa vende seus produtos somente se a receita das vendas for maior que os custos de ter produzido, o que resulta no lucro de que essa indústria necessita.

Através deste conceito, há uma interação entre os consumidores e as empresas, que procuram ou ofertam os bens e serviços necessários, conhecida como "equilíbrio de mercado". A partir desta interação, são formados os preços.

O Que É Economia

Antes de explicar sobre o conceito e a diferença entre microeconomia e macroeconomia, é válido deixar claro o que é economia. Como está muito presente no nosso cotidiano, dificilmente paramos para refletir sobre esse tema, que é tão central e importante para a sociedade humana como um todo.

Se analisada por uma visão mais simples, pode-se dizer que a Economia estuda as relações com o dinheiro, investimentos e finanças. Apesar desses temas serem proeminentes nesse ramo, a Economia vai muito além disso. As ciências econômicas englobam, por exemplo, o exame das escolhas que as pessoas fazem no seu dia a dia.

Os estudos da economia estão inseridos nas ciências humanas, pois observa o comportamento humano, apesar de contemplar em grande parte cálculos mais complexos. Ainda, busca trazer respostas e resolver os diversos problemas existentes na sociedade, tanto os de cunho econômico como os de cunho social, por exemplo.

As ciências econômicas são complexas e se apoiam em diversas teorias, linhas de pensamento, ideias de economistas, sociólogos, filósofos e outros estudiosos e fatores históricos para compreender como a sociedade se organiza economicamente e politicamente.

Por isso, não se pode reduzir esse ramo a um simples estudo do dinheiro. Entendido isso, veja agora o que é microeconomia e macroeconomia.

O Que É Microeconomia

Microeconomia é a área da economia que estuda o desempenho e o comportamento de cada setor individualmente. Ou seja, as famílias, as empresas, os consumidores, o comércio, dentre outros. Dessa forma, analisa as tomadas de decisões de cada uma dessas unidades em relação à utilização de recursos, preços, bens e serviços.

Para conseguir chegar nos resultados desejados, a microeconomia concentra seus estudos em forças que definem os níveis de preços disponíveis na economia, como a oferta e demanda, leis econômicas, decisões governamentais, inflação e outras leis de mercado.

Para exemplificar, a microeconomia estudaria:

como uma indústria de um determinado ramo poderia aumentar sua produção e reduzir seus preços para ficar mais competitiva no seu setor;

como uma família faz economias e gasta seu dinheiro no que considera importante ou supérfluo;

como uma pequena loja poderia aumentar suas vendas e diminuir seus custos com pessoal e outros gastos.

Esses três exemplos mostram que a microeconomia estuda pequenos setores. Ou seja, escolhe um pequeno agente que participa ativamente na economia e analisa essa pequena fração do todo.

Características Da Microeconomia

Podemos dizer que as principais características desse ramo são:

estudo do comportamento de um agente individual, como um consumidor, uma família, um indivíduo, uma empresa, etc;

analisa questões como: produto, oferta, demanda, preço de produtos, salários, dentre outros;

estudo de baixo para cima, ou seja, estuda primeiro fatores pequenos e individuais para depois compreender o todo;

análise de variáveis individuais.

Além disso, esse campo de pesquisa é útil para empresas e negócios analisarem questões internas, sejam econômicas ou operacionais.

A microeconomia é importante na formação do preço dos produtos, pois leva em consideração fatores como: terra, mão de obra, capital, etc. Ainda, é esse ramo que define os preços de uma determinada mercadoria antes de ser lançada no mercado, incluindo também o valor dos bens complementares e substitutos.

Vantagens E Desvantagens Da Microeconomia

A maior vantagem está no fato de que a microeconomia ajuda a determinar os preços dos produtos, o valor agregado dos vários fatores incluídos na produção de um bem. Quando aplicada em uma empresa, permite ao administrador tomar suas decisões com mais consciência e precisão.

A desvantagem está no fato de não analisar a economia como um todo, apenas uma pequena parte. Assim, diversos fatores são desconsiderados nesta análise, como a impossibilidade do pleno emprego para todos. Por isso, é importante a compreensão em conjunto dos dois conceitos.

O Que É Macroeconomia

Por outro lado, a macroeconomia estuda o comportamento da economia como um todo, e não apenas de segmentos ou empresas individuais. Assim, pode ser levado em consideração a economia de uma região, de um país inteiro ou de vários em conjunto, tendo a possibilidade de ampliar para a esfera internacional.

A macroeconomia inclui diversas variáveis importantes da economia, como pobreza, desigualdade, desemprego, preço, Produto Interno Bruto (PIB), importações, exportações, globalização, política monetária, questões sociais, políticas e econômicas, etc.

Exemplificando, a macroeconomia estudaria:

como a redução da exportação de um produto pode afetar o capital de um país;

o quanto o PIB sofreria com o aumento da taxa de desemprego;

quanto uma nação perde em capital no total de mortes e invalidez por acidentes de trânsito.

A macroeconomia é mais abrangente e inclui fatores econômicos indispensáveis para a análise econômica de qualquer região.

Características Da Macroeconomia

Como visto, a macroeconomia estuda o comportamento da economia como um todo, podendo abranger somente a economia nacional como também a internacional. As principais características desse campo de estudo são:

analisa variáveis econômicas agregadas, como: PIB, porcentagem de desemprego, dentre outros;

lida com questões abrangentes como: renda nacional, distribuição de renda, PIB, distribuição de riquezas, nível de empregabilidade, etc;

análise de cima para baixo, ou seja, primeiro tenta entender a situação do todo para depois analisar o individual (faz o contrário da microeconomia);

A macroeconomia é útil para manter o nível geral dos preços dos produtos e serviços. As análises macroeconômicas são importantes para entender a questão econômica de um país como um todo, do mercado internacional, questões ambientais e problemas externos.

Ainda, é essencial para manter a estabilidade no preço dos produtos e busca resolver problemas econômicos como: inflação, deflação, estagflação, pobreza, desigualdade e desemprego.

Vantagens E Desvantagens Da Análise Da Macroeconomia

A macroeconomia ajuda a analisar problemas complexos como balanço de pagamentos, déficits e suas causas e o excedente de uma economia. Ainda, auxilia na tomada de decisões em relação à política econômica e às finanças públicas.

Por outro lado, o contraponto da macroeconomia está no fato de o ramo analisar somente as variáveis agregadas, que envolvem o todo, deixando de lado questões individuais. Assim, fica evidente a necessidade de conhecer ambos os campos de estudo.

Microeconomia Vs Macroeconomia: Qual É Mais Importante

Não há um grau de importância maior quando falamos de microeconomia e macroeconomia. Tanto uma quanto a outra são essenciais para entender o comportamento humano na sociedade e a tomada de decisões em relação a tudo que está associado com a economia.

Enquanto uma analisa questões abrangentes que precisam ser sempre analisadas, a outra procura entender pequenos pontos que são importantes e colaboram para que um sistema maior funcione. Por isso, é fundamental ter profissionais especialistas nos dois campos de estudos.

Ainda, vale destacar que existem diferenças marcantes entre a microeconomia e a macroeconomia. No entanto, ambas são essenciais para entender a sociedade, a forma como os indivíduos tomam suas decisões e como vivemos. Afinal, é necessário entender desde os pequenos agentes até assuntos maiores e mais complexos que refletem na economia.

Compreender essas questões lhe ajudará a perceber os caminhos que estão sendo trilhados e poderá

Macroeconomia

A Macroeconomia estuda o comportamento do sistema econômico por um reduzido número de fatores, como a produção ou produto total de uma economia, o nível de emprego e poupança, o investimento, o consumo, o nível geral dos preços. Seus principais objetivos estão no rápido crescimento do produto e do consumo, no aumento da oferta de empregos, na inflação reduzida e no comércio internacional vantajoso.

A contabilidade nacional:

Contabilidade nacional é a técnica que tem como objetivo principal representar e quantificar a atividade econômica de um país, durante determinado período de tempo.

Os principais agregados econômicos são, a saber:

A) Valor Bruto de Produção (VBP) : expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado território econômico, num dado período de tempo. Incorre no chamado erro de "dupla contagem", pois soma os produtos finais com os insumos usados em sua elaboração.

B) Valor Agregado Bruto (VAB): é o valor da "produção sem duplicações". Obtém-se descontando-se do VBP o valor dos insumos utilizados no processo de produtivo.

C) Produto Bruto (PB): produção de bens e serviços finais realizados pela economia, durante um período de tempo.

D) Renda Bruta (RB): somatório das remunerações brutas dos fatores de produção empregados na economia, durante um período de tempo.

E) Produto Interno Bruto (PIB): expressão monetária dos bens e serviços finais produzidos dentro dos limites territoriais econômicos, independentemente da origem dos fatores de produção.

F) Produto Nacional Bruto (PNB): expressão monetária dos bens e serviços produzidos por fatores de produção nacionais, independentemente do território econômico.

G) Renda Nacional (RN): é a renda líquida gerada no período, e que se dirige aos proprietários nacionais de fatores de produção.

Modelo Keynesiano Básico

Os economistas dos séculos XVIII e XIX acreditavam que o nível de produtos não sofreria grandes alterações, e todos os fatores de produção estariam ocupados na produção de bens e serviços que formam a renda. Isto formaria o chamado estado de "pleno emprego" dos fatores de produção. Assim, acreditavam que toda renda distribuída no ato da produção se dirigiria ao mercado para adquirir bens e serviços. Apoiando-se na Lei de Say: "toda oferta cria sua própria demanda".

Keynes desenvolve sua teoria baseado no pressuposto de que é necessária a intervenção do estado na economia, pois o mercado, devido a vazamentos como a formação de estoques e redução de produção, não seria capaz de coordená-la.

Sua primeira suposição foi a existência de desemprego. Os antigos economistas acreditavam apenas no desemprego voluntário. Keynes, ao contrário, acreditava que a economia estaria funcionando abaixo de seu potencial, deixando assim uma capacidade ociosa.

Assim, considera a Oferta Agregada (OA) como o somatório da renda disponível na economia, enquanto chama de Oferta Potencial a máxima produção da economia com pleno-emprego dos fatores de produção. A Oferta Agregada Efetiva é aquela efetivamente colocada no mercado, o que pode ocorrer sem a plena utilização dos fatores de produção.

A Demanda Agregada seria o somatório do consumo total da economia com os investimentos, os gastos governamentais e as exportações, subtraindo-se as importações.

O que se vê é que o produto ou renda de equilíbrio (onde a oferta agregada é igual à demanda agregada) não é o mesmo que o produto ou renda de pleno emprego.

A macroeconomia pode ser entendida como a parte mais ampla, no sentido de escopo abordado por ela, da economia. Se a economia é o estudo dos recursos e suas distribuições, pode-se considerar que a macroeconomia é uma espécie de pilar de observação através dos grandes agentes que estruturam essa economia global.

Em outras palavras, a macroeconomia não está diretamente dedicada a observar aspectos internos de um mercado, mas as características de um sistema econômico formado por vários mercados e seu comportamento.

Um exemplo clássico de estudo macroeconômico é observar a economia de um país e aspectos fundamentais dele, como inflação e juros. Por isso, a macroeconomia permeia nossas vidas diariamente, influenciando na formação de preços, na estabilidade de uma moeda e em diversos outros aspectos que raramente consideramos ao ouvir este termo incomum.

Saiba mais sobre o que é a macroeconomia, como ela influencia nossas vidas, e quais são seus principais objetos de estudo:

Diferenças Entre Macroeconomia e Microeconomia

A economia pode ser dividida em dois pilares fundamentais: macroeconomia e microeconomia. De forma muito simplificada, é possível diferenciar os dois imaginando nossa vida cotidiana. Imagine, por exemplo, que você ouve lê no jornal qual é a inflação prevista para o mercado, logo após comprar o jornal por um certo valor. A inflação é um aspecto macroeconômico, pois diz respeito à economia nacional, de forma ampla.

A formação do preço daquele jornal, no entanto, é um aspecto microeconômico influenciado pela macroeconomia. Isso significa que ele chega ao preço pago porque é produzido por um certo valor, e há demanda para o produto ofertado a este preço. Um ano após a compra desse jornal, é possível que ele seja vendido por um preço distinto, em função da inflação (que é um aspecto macroeconômico, mas que influencia na formação de preços).

Keynes e a Macroeconomia

Falar de macroeconomia deve, obrigatoriamente, fazer uma referência a Keynes que, alguns séculos atrás, mudou a forma de se compreender o mercado. Até o desenvolvimento de seus estudos, acreditava-se na chamada Lei de Say, onde as ofertas criavam suas próprias demandas, no mercado. Em outras palavras, acreditava-se que produzir algo resultava em seu consumo.

Keynes, por sua vez, demonstrou que o mercado está sujeito a falhas, e pode colapsar se não tiver um correto tratamento por uma instituição que o controle, na medida do necessário. Sem essa instituição, a formação de desemprego, inflações e descontrole de preços é potencialmente constante.

Ao desenvolver essa teoria ele cria, em certa medida, a macroeconomia, que busca a compreensão destes vários fatores que formam um sistema e influenciam a economia em seu âmbito.

Mercados Que Formam a Macroeconomia

Pensar na economia como um todo, que é a função das teorias macroeconômicas, significa pensar em um sistema completo, influenciado por fatores produtivos internos e externos. Isso significa que vários mercados e características devem ser levados em consideração.

Tanto a produção, a execução de serviços, as características do mercado de trabalho, o mercado financeiro e de títulos públicos, quando o trânsito de divisas precisa ser estudado. Em outras palavras, isso significa levar em consideração o produto interno, os níveis de desemprego e níveis salariais, as dívidas públicas, as transações internas e, claro, a balança comercial com outros países.

Qual o objetivo de estudar macroeconomia?

O objetivo da macroeconomia é entender como diversos processos microeconômicos estabelecem “a economia” mais ampla de um país ou região. Em outras palavras, trata-se da intenção de estudar o comportamento da economia, formada por seus diversos mercados, com o objetivo de entender quais são as tendências desta economia frente a certos aspectos.

Isso permite entender, por exemplo, que em um processo altamente inflacionário, o aumento da taxa de juros tende a reter o consumo interno e diminuir a inflação. Pode parecer um conceito abstrato, mas trata-se da base do desenvolvimento de políticas de controle inflacionário pelo qual a economia passa diariamente.

Fora este exemplo, a formação de empregos através do estímulo econômico, a estabilidade dos preços, o crescimento da produção e, até mesmo, taxas cambiais são resultados diretos da compreensão da macroeconomia, fazendo-a constantemente presente em nossas vidas.

Alterações dos Componentes da Demanda Agregada Brasileira a Partir de 2000

No final dos anos 90 a economia brasileira passou por grandes mudanças. A virada do século veio com otimismo para os brasileiros, que finalmente pareciam ter uma moeda sólida. Nos anos 2000 ocorreu tanto uma melhora no cenário econômico externo como uma mudança na política macroeconômica do governo. O crescimento econômico da primeira metade da década de 2000 pode ser caracterizado pela melhora do setor externo.

Já a partir da segunda metade da década, o governo realizou várias políticas expansionistas que auxiliaram no crescimento do país. Durante a crise de 2008, o governo adotou diversas medidas para aumentar o consumo e diminuir o desemprego (PAC, expansão de crédito do BNDES e incentivos fiscais). Com o crescimento acelerado da economia através destas políticas e o aumento da demanda agregada como consequência, a crise financeira de 2008 não apresentou grandes efeitos sobre o Brasil na época.

Porém algumas medidas do governo, como expansão de crédito, tabelamento de preço de energia, gasolina e outros, e o contínuo financiamento de obras públicas de grande escala demonstram que estas políticas podem ter durado tempo demais, causando assim um crescimento insustentável. O resultado dessas políticas expansionistas está sendo percebido agora pelos brasileiros, com mais de 13 milhões de desempregados, aumento da dívida pública, juros altos e alta inflação com baixo crescimento. A razão disso é que, apesar de a demanda agregada ter aumentado, a oferta agregada não conseguiu acompanhar esse crescimento. A seguir há uma análise de como os componentes da demanda agregada se comportaram a partir de 2000.

No que diz respeito ao consumo das famílias e do governo, a partir de 2002 houve uma queda do consumo do Governo, já que como medida contra a desvalorização do Real no mercado, o Governo cortou seus gastos e aumentou a taxa de juros real. Consequentemente de 2003-08 houve um aumento de seus gastos, pois suas políticas funcionaram anteriormente. Já em 2008, com a crise financeira que se instaurou no mundo, ocorreu uma queda drástica do consumo em ambos, mas com políticas de expansão de crédito, redução das taxas de juros, transferência de renda e aumento do salário mínimo, em 2009 o país voltou a ter seus gastos normais, até mesmo acima do que gastava antes da crise.

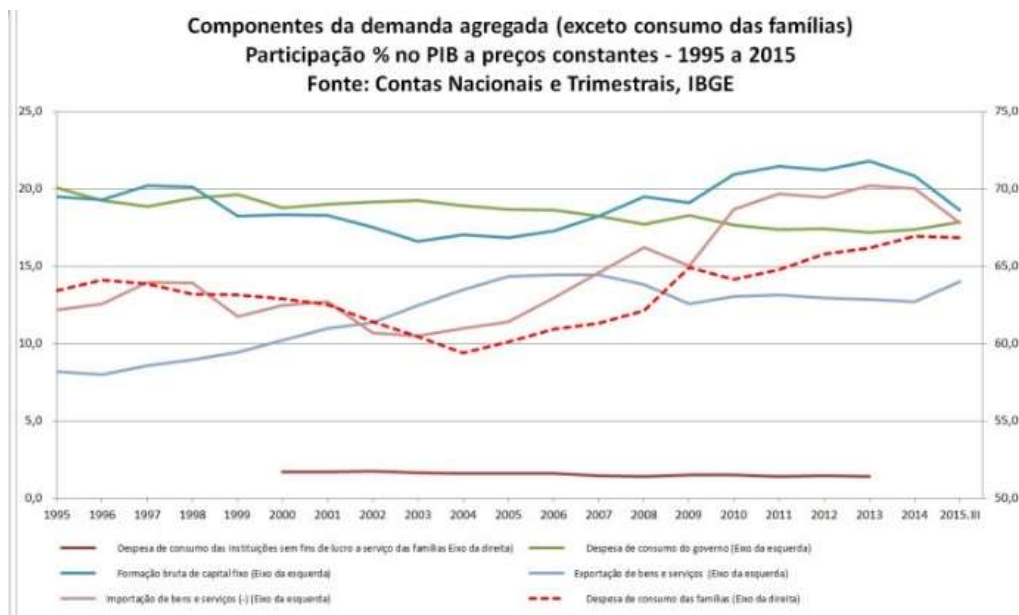
O montante de investimentos, tanto governamental quanto empresarial, não representa um alto valor na demanda agregada, pouco mais que 15% no período que diz respeito a 1999-2010. Desse valor, as empresas fazem parte de aproximadamente 14% da D.A. e os investimentos públicos de apenas 2%. O Governo não investiu muito em função – principalmente até 2004- do controle da inflação, porém essa taxa (2%) teve um leve aumento com uma política expansionista (criação do PAC e auxílio do BNDES).

Já o investimento das empresas não mostrava taxas de crescimento, apenas queda, mas com as políticas expansionistas teve um crescimento (por volta de 2005), até a crise em 2008. Logo em 2009, voltou a subir, porque houve uma queda dos juros reais, o que elevou o PIB (reação que as empresas costumam ter quando se aumenta o PIB, investem), mostrando uma relativa recuperação pós-crise.

Com exceção dos anos em que houve crise, as exportações brasileiras tiveram uma taxa de crescimento maior se comparada à taxa de crescimento da demanda agregada no período de 1999-2010.

Convém destacar que essas são representadas principalmente por commodities (por exemplo, o petróleo), e que alguns fatores como o efeito-China (rápido crescimento desse parceiro) e a abertura comercial frente a outros países embasam parte da dinâmica observada. Já em relação às importações (bens de consumo duráveis, não duráveis e bens de capital), o crescimento do PIB e a valoriza-

ção da taxa de câmbio real contribuem para explicar a evolução das mesmas e assim, a redução do resultado das exportações líquidas no período.



Três Ciclos de Crescimento no Brasil

A história recente da economia brasileira se caracteriza por dois longos e grandes ciclos de crescimento econômico. A fase de Getúlio, que vai de 1930 a 1950 e a fase de JK e dos militares, que engloba o período 1955-1980. O gráfico acima destaca esses dois ciclos longos e aponta para o que poderá ser nosso terceiro grande ciclo de prosperidade.

A primeira grande arrancada brasileira vai da depressão de 1929 até o final do plano de metas de JK. Graças à forte desvalorização cambial e a mudança do eixo dinâmico do país da agricultura para a indústria, o Brasil foi um dos primeiros a sair da recessão causada pela crise de 1929. As políticas getulistas somadas ao plano de metas criaram o maior período de crescimento da história do país, quase 30 anos.

A Petrobras, CSN, BNDES e tantos outros marcos do Brasil foram criados nessa fase. O plano de metas de JK lançou as bases de infra-estrutura rodoviária, ferroviária e energética que usamos até hoje. A construção de Brasília iniciou a integração da região central do país com o arco litorâneo das cidades da época colonial. A exploração do planalto central e hoje nossa agricultura de ponta no centro-oeste se devem a esses passos ousados dados nessa época. É claro que foi um período de excessos, com endividamento público, emissão monetária inflacionária e desequilíbrios internos e externos. A crise do início dos anos 60 foi em parte fruto dessa ousadia, um ajustamento necessário que durou quase meia década.

A partir de 1968 o país reencontra a rota do crescimento que vai até 1980. As importantes reformas institucionais da década de 60 (modernização da lei trabalhista, reforma do sistema financeiro, criação da correção monetária, do SFH, etc...) lançam as bases para o crescimento do país nas próximas décadas.

A competente gestão do jovem ministro Delfim Neto na economia resulta em taxas recordes de crescimento no período do milagre (1968-1973). Recordes na desigualdade social também. As exportações crescem a um ritmo explosivo, o crédito se amplia fortemente, as manufaturas brasileiras começam a conquistar mercados no mundo. Após o primeiro choque do petróleo os militares lançam o segundo PND, que logra ainda produzir crescimento num período de instabilidade. Itaipu, rodovia dos Bandeirantes, pólos petroquímicos, obras todas dessa época.

Os desequilíbrios causados pelo II PND foram ainda maiores do que na era pós-JK. Grande parte dos investimentos foi apoiada em estatais com dívida externa. Pagamos a conta nos anos 80. O segundo choque do petróleo e o aumento de juros da era Volcker deixaram o Brasil de joelhos. Passamos toda a década de 80 pagando os custos desse ajustamento. Nosso processo de transição política foi com-

plexo e acompanhado de um longuíssimo período de instabilidade econômica. Inflação alta, pacotes, congelamentos, estado falido, dívida externa fora do controle... o Brasil dos anos 80.

Na década de 90 iniciamos uma nova transição econômica. A abertura da economia, o controle da inflação, a privatização, uma melhora fiscal e novos marcos regulatórios preparam o país para um novo ciclo de crescimento. O período que vai de 1990 até 1999 ficará na história como uma grande fase de ajustamento com crescimento baixo, mas importantes reformas institucionais da economia brasileira. O paralelo aqui com os anos 60 é evidente. E finalmente voltamos a crescer no início dos anos 2000. Parece que estamos entrando no terceiro grande ciclo de crescimento da economia brasileira. Rodoanel, ferroanel, duplicação da Imigrantes, Belo Monte, serão todas obras dessa nova fase.

O que é Política Econômica?

Denomina-se política econômica o conjunto de medidas tomadas pelo governo para atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Essas medidas obedecem também a critérios de ordem política e social - à medida que determinam, por exemplo, quais segmentos da sociedade se beneficiarão com as diretrizes econômicas implementadas pelo Estado.

O alcance e o conteúdo de uma política econômica variam em cada país, dependendo do grau de diversificação de sua economia, do regime social e do nível de atuação dos grupos de pressão (partidos políticos, sindicatos, associações de classe, ONGs e movimentos de opinião pública). Fazem parte da estrutura econômica de um país a política monetária, a fiscal e a cambial.

Política Econômica no Brasil

Nos últimos três anos o governo Lula optou por investir no incentivo ao comércio internacional, impulsionando as exportações, o que ocasionou uma forte expansão dos setores envolvidos diretamente no comércio internacional. As empresas começaram a contratar gerando uma onda de crescimento e oferta de empregos generalizados. Por outro lado, o governo também tem administrado de forma austera as contas externas, produzindo consecutivamente vários superávits primários, como veremos mais adiante quando estudarmos as contas públicas.

Política Monetária

A política monetária brasileira é conduzida pelo Banco Central - Bacen, mediante o aumento ou diminuição da quantidade de moeda (dinheiro) em circulação. A moeda, como toda mercadoria, possui um preço, conhecida como taxa de juros. Quando o BC aumenta a quantidade de moeda em circulação, ele está realizando uma política monetária expansionista, que causará redução da taxa de juros. da mesma forma, quando reduz a circulação, realiza uma política monetária contracionista, que acarretará um aumento da taxa de juros.

Comitê de Política Monetária (COPOM)

O Copom foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório, a exemplo do que já era adotado pelo Federal Open Market Committee (FOMC) do Banco Central dos Estados Unidos e pelo Central Bank Council do Banco Central da Alemanha. No Brasil, o Banco Central adotou o sistema de metas para a inflação, que funciona a partir de uma avaliação da tendência futura da inflação.

Composição do COPOM

O COPOM é integrado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central.

Metas de Inflação

Após a desvalorização cambial e a adoção do regime de flutuação cambial, o governo introduz em junho de 1999, um novo regime de política monetária, chamado de metas de inflação. Nesse regime, o Banco Central fixa e divulga um intervalo de variação para o índice de inflação a ser perseguida num determinado período (mensal e anual), geralmente para os próximos três anos.

O índice adotado pelo governo para acompanhar as metas de inflação é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O sistema tem por base a credibilidade do Banco Central, pois, ao fixar uma meta de inflação, a instituição está assumindo um compromisso com o mercado de não permitir que pressões acomodem os preços acima das metas estipuladas.

IPCA

Medido pelo IBGE, é o índice oficial do governo e funciona como parâmetro para o sistema de metas para a inflação. O universo da pesquisa do IPCA é composto de famílias que ganham de um até 40 salários mínimos nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito federal e do município de Goiânia. O cálculo do índice considera os gastos com alimentação, artigos de residência, habitação, transportes e comunicação, vestuário, saúde, cuidados pessoais e despesas pessoais.

Entenda a Inflação

A razão para os preços subirem é simples: qualquer produto custa mais caro quando a procura é maior do que a oferta. Quem precisa e pode pagar mais caro, acaba rendendo-se ao preço, mesmo que elevado. Os preços também podem subir se houver muito dinheiro em espécie circulando no mercado, porque o consumidor tem a sensação que os produtos estão “baratos”.

Quando os custos crescem em alguma parte da cadeia produtiva como, por exemplo, o aumento da gasolina, ele geralmente é repassado para o preço do produto final. É importante lembrar que, mesmo que a inflação tenha origem em uma pressão de custos, é a quantidade de moeda circulante que poderá levar ao aumento dos preços.

Índice de Preços

Para calcular os vários índices que medem a inflação são utilizadas metodologias com base em preços de diversos produtos. Um índice de preços é uma média dos valores de um grupo de produtos e serviços num determinado período. O peso de cada produto é definido pela quantidade consumida de cada bem ou serviço por um conjunto de famílias ou empresas.

Se o índice for voltado para os consumidores, por exemplo, realiza-se periodicamente uma pesquisa de orçamento familiar (POF), na qual observam-se os hábitos de consumo de uma mostra de famílias. Com base nisto, é possível montar uma cesta de bens que represente o consumo médio desse grupo. Os principais índices são o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI, o Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e o Índice de Preços ao Consumidor - IPC.

Outros Índices de Variação de Preços

Os IGPs são compostos de Índice de Preços por Atacado - IPA, Índice de Preços ao Consumidor - IPC e Índice Nacional de Custos da Construção Civil - INCC. Como a própria forma de cálculo já deixa claro, os IGPs são mais abrangentes que os IPCs e, por captar as variações dos preços dos produtos comercializados no atacado, são sensíveis às oscilações da taxa de câmbio.

Taxa de Juros

A taxa de juros é o pagamento expresso em percentagem por determinado período de tempo (mês ou ano), que um tomador de empréstimos faz ao prestador, em troca do uso de uma quantidade de dinheiro. Quando uma empresa vende uma ação, ou quando o governo vende um título, eles estão tomando empréstado. Quando o banco paga juros sobre aplicações financeiras, ele o faz porque o depositante lhe “emprestou” dinheiro que ele pode usar para fazer novos empréstimos.

Política Cambial

A taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira em moeda nacional. É formada pela interação entre os que precisam e os que oferecem moeda de outro país. O caso do dólar é um exemplo disso. Os que necessitam de moeda são os que têm compromissos com o exterior: os importadores, os turistas brasileiros que viajam para fora do país, as empresas que possuem dívida externa, multinacionais que têm que remeter os lucros obtidos no país.

Já os que oferecem a moeda norte-americana são os exportadores, que recebem em moeda estrangeira pela venda do produto nacional; os investidores externos, que trazem recursos para ser aplicados no país; e os turistas estrangeiros. Quando há mais pressão pela compra da moeda do que pela oferta, a cotação sobe. Ao contrário o preço da moeda cai.

Regimes Cambiais

No regime de câmbio fixo, a autoridade monetária se compromete a defender uma determinada cotação, comprando ou vendendo moeda no mercado de divisas. No regime de banda cambial, a cotação do dólar flutua dentro de um intervalo determinado por um teto (valor máximo). O Banco Central determina limites e intervém sempre que a cotação ameaça romper essas barreiras. No sistema de livre flutuação não há compromisso com valores mínimos nem máximos. A cotação é determinada pelo equilíbrio entre a demanda e oferta de dólares no mercado.

O Mercado Financeiro

O mercado financeiro abrange todas as transações com moedas e títulos e as instituições que as promovem: Banco Central, Caixa Econômica, bancos estaduais, bancos comerciais e de investimentos, corretoras de valores, distribuidoras de títulos, fundos de investimento etc. Ele está dividido em quatro submercados. O mercado monetário, que negocia moeda; o mercado de crédito, que negocia empréstimos; o mercado cambial, que negocia moeda estrangeira, principalmente dólares; a bolsa de valores, que negocia recursos para as empresas mediante a compra e venda de ações.

O que é Inflação:

Inflação é um termo utilizado na área da Economia que representa um índice que mede a variação dos preços de todos os produtos ofertados no mercado.

Esta variação costuma referir-se a um aumento contínuo e generalizado dos preços de bens e serviços em um sistema econômico, representada normalmente através de uma porcentagem.

Por exemplo, se em um determinado período observarmos que o preço do quilo do tomate aumentou ou diminuiu, estamos então observando a inflação do preço deste produto.

A noção de inflação da economia surgiu em 1838, e significa o aumento dos preços que acontece de forma persistente e que resulta na diminuição do poder de aquisição de uma moeda.

O aumento de preços é verificado na grande maioria dos bens e não só em alguns. Há uma acentuada diminuição do poder de compra devido a vários fatores, como por exemplo, o rendimento salarial que não sofre alteração.

Uma das causas da inflação é o aumento da emissão de papel-moeda pelo Governo para cobrir os gastos do Estado. Quando isso acontece, há um maior volume de dinheiro em circulação no mercado, mas não houve criação de riqueza ou aumento de produção. Nestes casos, é exigida maior quantidade de dinheiro para adquirir a mesma quantidade de produto, resultando em inflação.

Outras causas da inflação estão relacionadas com o aumento exagerado do preço de um bem básico, como por exemplo, energia elétrica ou petróleo, ou ainda, pelo aumento ou excesso de consumo, aumentando a procura do produto e, conseqüentemente, o seu preço.

Tipos de Inflação

Existem quatro tipos de inflação:

Inflação de demanda: caracterizada pelo excesso de demanda em um determinado setor;

Inflação de custos: também conhecida como inflação de oferta, que acontece por causa da oferta, por exemplo, quando há uma subida dos custos de produção;

Inflação inercial: também é conhecida como inflação psicológica, porque não é causada necessariamente por uma alteração na demanda ou oferta. Muitas vezes acontece porque as pessoas acreditam que a subida dos preços vai continuar;

Inflação estrutural: parecida com a inflação de custos, mas a subida de preço acontece por uma falta de eficiência das infraestruturas envolvidas no processo de produção.

Inflação e Deflação

A deflação é o processo contrário à inflação. Há uma redução do nível de preços dos bens e serviços e o valor do dinheiro é aumentado. É um processo normalmente verificado em períodos de recessão econômica.

Macroeconomia:

Macroeconomia é uma área de estudo das Ciências Econômicas, responsável por analisar fatores do sistema econômico de determinada região ou país.

A análise feita pela macroeconomia é global, desconsiderando as particularidades ou os comportamentos individuais. O prefixo grego macro é relativo a tudo o que é grande, largo e amplo.

Os principais objetivos dos estudos macroeconômicos são: o desenvolvimento do crescimento econômico, a geração de empregos, a redução da inflação, a construção de um comércio internacional vantajoso e a estabilização dos preços.

Entre os pontos que são estudados pela macroeconomia está a renda e produtos produzidos por um território (Produto Interno Bruto - PIB), assim como os níveis de preços, emprego e desemprego, a taxa de câmbio e juros, a moeda, entre outros fatores.

Saiba mais sobre o significado de PIB.

A estrutura macroeconômica é dividida em cinco principais partes:

Mercado de Bens e Serviços: determina o nível de produção e preços da região analisada;

Mercado de Trabalho: determina a taxa de salários e o nível de emprego;

Mercado Monetário: estuda o valor da moeda e a taxa de juros, a partir da oferta da mesma pelo Banco Central;

Mercado de Títulos: estudo dos agentes econômicos com maior e menor gasto em relação à renda final;

Mercado de Divisas: relativo ao volume de importações e a saída de capital financeiro;

O conceito da macroeconomia surgiu e começou a ser discutido a partir do começo da década de 1930. Este estudo foi se desenvolvendo a partir da Grande Depressão de 1929.

O economista britânico John Maynard Keynes é considerado o primeiro grande autor sobre a macroeconomia, destacando-se pelo livro "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", publicado em 1936.

Macroeconomia e Microeconomia

A macroeconomia estuda os valores econômicos de uma sociedade ou grande grupo, não considerando as particularidades dos seus membros, mas sim todos como uma unicidade.

Política Cambial

A política cambial irá definir a forma pela qual o valor da moeda nacional será determinado em relação à moeda estrangeira. Giambiaggi (2009) descreve que existem basicamente dois tipos de políticas cambiais, que seriam: o regime de taxas cambiais fixas e o regime de taxas cambiais flutuantes.

Regime de Taxas Cambiais Fixas

Consiste na situação na qual a autoridade monetária (Banco Central) define um valor fixo pelo qual a moeda nacional será trocada pelas moedas externas. Constatamos que esta política tem vantagens e

REFERÊNCIAS

Os links citados abaixo servem apenas como referência. Nos termos da lei brasileira (lei no 9.610/98, art. 8º), não possuem proteção de direitos de autor: As ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais; Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios; Os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções; Os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais; As informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas; Os nomes e títulos isolados; O aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

Caso não concorde com algum item do material entre em contato com a Domina Concursos para que seja feita uma análise e retificação se necessário

A Domina Concursos não possui vínculo com nenhuma banca de concursos, muito menos garante a vaga ou inscrição do candidato em concurso. O material é apenas um preparatório, é de responsabilidade do candidato estar atento aos prazos dos concursos.

A Domina Concursos reserva-se o direito de efetuar apenas uma devolução parcial do conteúdo, tendo em vista que as apostilas são digitais, isso, [e, não há como efetuar devolução do material.

A Domina Concursos se preocupa com a qualidade do material, por isso todo conteúdo é revisado por profissionais especializados antes de ser publicado.



Prezado cliente,

É com imensa satisfação que expressamos nossa profunda gratidão pela sua escolha em adquirir suas apostilas de estudos conosco. A preferência pelo nosso serviço é motivo de grande alegria e reforça nosso compromisso em fornecer materiais de alta qualidade para contribuir efetivamente em seu caminho educacional.

Aqui na nossa loja, dedicamo-nos diariamente para oferecer produtos que atendam não apenas às suas necessidades de aprendizado, mas que também superem suas expectativas. Cada compra realizada é um voto de confiança em nossa equipe, e estamos comprometidos em corresponder a essa confiança através de excelência em produtos e atendimento.

Saiba que sua decisão de confiar em nós para sua jornada de estudos é valorizada e respeitada. Estamos sempre empenhados em aprimorar nossos serviços para garantir que sua experiência seja positiva e produtiva. Se houver algo específico que possamos fazer para melhor atendê-lo, por favor, não hesite em nos informar.

Agradecemos por fazer parte da nossa comunidade de clientes e por escolher a qualidade e confiabilidade das nossas apostilas. Estamos ansiosos para continuar a servi-lo com dedicação e comprometimento.

Atenciosamente, Domina Concursos.



contato@dominaconcursos.com.br



WhatsApp (48) 9.9695-9070



Rua Aracatuba, nº 45,
Centro, Criciúma/SC - CEP
88810-230